DocuSign Envelope ID: 57F0163B-88F9-46F5-B20A-3B9D8918208B

AZUL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ/MF nº 33.448.150/0001-11

Sede: Avenida Rio Branco, 80 - 16º ao 20º andares - Centro - CEP: 20040-070 - Rio de Janeiro - RJ

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas e demais interessados,
Apresentamos o Relatório de Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras da Azul Companhia de Seguros Gerais, com o Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

NOSSO DESEMPENHO

• Prêmios emitidos
Os prêmios emitidos da Companhia totalizaram em 2021 R$ 3.710,4 milhões, com aumento de R$ 432,4 milhões ou 13,2% em relação ao ano anterior.

• Despesas administrativas
Em 2021, o índice de despesas administrativas sobre os prêmios ganhos foi de 9,3%, com aumento de 0,1 ponto percentual em relação ao ano anterior. Mesmo com um leve aumento, cabe destacar que o modelo adotado pela empresa para gestão de custos e os investimentos realizados para otimização de processos e sistemas estão contribuindo para ganhos de eficiência operacional. Isso faz parte da nossa estratégia, que visa obter ganhos contínuos de produtividade, sem impactar negativamente o nível de serviço para clientes e corretores.

• Resultado financeiro
O resultado financeiro totalizou em 2021 R$ 173,2 milhões, redução de R$ 20,1 milhões, ou 10,4% em relação ao ano anterior. O resultado foi impactado principalmente pelo desempenho negativo das alocações em renda variável, embora as alocações em títulos indexados à inflação tenham contribuído positivamente.

• Índice combinado
O índice combinado (total de gastos com sinistros retidos, despesas de comercialização, despesas administrativas, despesas com tributos e outras receitas e despesas operacionais sobre prêmios ganhos), em 2021 foi de 96,8%, aumento de 7,6 pontos percentuais em relação ao anterior. O índice combinado ampliado, que inclui o resultado financeiro, em 2021 foi de 92,2%, aumento de 8,0 pontos percentuais em relação ao ano anterior. Estas variações decorrem, principalmente do aumento de 7,8 pontos percentuais no índice de sinistralidade.

• Lucro líquido e por ação
O lucro líquido totalizou em 2021 R$ 182,2 milhões, registrando redução de R$ 141,3 milhões ou 43,7% em relação a 2020. O lucro por ação foi de R$ 105.782 em 2021 e R$ 228.116 em 2020.

DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

De acordo com o estatuto, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido ajustado, os quais são determinados por ocasião do encerramento do exercício.

AMBIENTE ECONÔMICO

Na esteira dos imensos estímulos fiscais e monetários lançados ainda em 2020 em todo o planeta e do processo de vacinação em larga escala nas principais economias do planeta desde o início deste ano, 2021 termina exibindo uma das maiores taxas de expansão do PIB global das últimas décadas.
Uma consequência dessa rápida retomada da atividade, porém, foi a aceleração bastante forte da inflação. Seja em países desenvolvidos, seja em países emergentes, a alta dos preços de diversos bens e mesmo de serviços tem alcançado níveis pouco comuns ao longo dos últimos anos. Diante desse quadro, diversos bancos centrais ao redor do mundo já iniciaram um processo de aperto das condições monetárias, enquanto que outros já sinalizaram que devem fazê-lo em breve.
O final deste ano tem sido marcado pela incerteza trazida pela variante ômicron, que pode gerar algum retrocesso ou atraso nesse processo de normalização da atividade global, até que novas vacinas sejam disponibilizadas.
Domesticamente, além desses fatores já mencionados que atingem a praticamente todos os países, tivemos alguns outros iminentemente locais que acentuaram o movimento de aceleração da inflação e exigiram uma resposta mais rápida e mais forte do Copom em termos de elevação da taxa básica de juros.
A necessidade de conter a deterioração do quadro inflacionário tem levado o Copom a aumentar substancialmente a taxa Selic, o que deve se traduzir numa importante desaceleração do crescimento econômico ao longo de 2022. Outro fator que deve limitar o vigor da atividade econômica no próximo ano é o elevado grau de incerteza gerado pelas eleições presidenciais, levando os agentes econômicos a posturas mais cautelosas quanto às suas decisões de consumo e investimento em capital fixo.
A Companhia segue confiante na robustez de suas operações e bem posicionada para continuar sólida em sua trajetória de crescimento dos negócios e de entrega de resultados consistentes, através de iniciativas que permitirão dar continuidade ao aumento dos ganhos de eficiência operacional, avançar no processo de transformação digital e continuar aperfeiçoando os modelos de negócio para aproveitar as diversas oportunidades que o mercado oferece.

AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos corretores e segurados pelo apoio e pela confiança demonstrados, e aos funcionários e colaboradores pela contínua dedicação. Aproveitamos também para agradecer às autoridades ligadas às nossas atividades, em especial aos representantes da SUSEP.

Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 2022
A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Circulante		**2.020.356**	**1.677.761**
Disponível		43.121	42.703
Caixa e bancos		43.121	42.703
Equivalentes de caixa	6	17.094	4.606
Aplicações	7	212.250	110.815
Créditos das operações com seguros e resseguros.		1.295.870	1.133.333
Prêmios a receber	8.1	1.295.870	1.133.333
Outros créditos operacionais		13.382	16.624
Ativos de resseguro - provisões técnicas	17.1	4.879	3.922
Títulos e créditos a receber		11.563	2.475
Títulos e créditos a receber		289	563
Créditos tributários e previdenciários	9.1	10.946	1.690
Outros créditos		328	222
Outros valores e bens	11	57.646	38.704
Bens à venda	11.1	48.261	33.816
Outros valores		9.385	4.888
Despesas antecipadas		4.347	3.345
Custos de aquisição diferidos	12	360.204	321.234
Seguros		360.204	321.234
Não circulante		**1.752.138**	**1.604.149**
Realizável a longo prazo		1.417.545	1.284.560
Aplicações	7	1.199.561	1.123.038
Títulos e créditos a receber		189.087	144.254
Créditos tributários e previdenciários	9.2.1	101.952	52.056
Depósitos judiciais e fiscais	10	83.686	88.153
Outros créditos		3.449	4.045
Outros valores e bens	11	27.946	17.013
Despesas antecipadas		919	255
Custos de aquisição diferidos	12	32	–
Seguros		32	–
Investimentos		49.812	44.235
Participações societárias		137	215
Imóveis destinados à renda		49.675	44.020
Imobilizado	13	244.683	248.375
Imóveis de uso próprio		238.087	243.804
Bens móveis		6.596	4.553
Outras imobilizações		–	18
Intangível		40.098	26.979
Outros intangíveis		40.098	26.979
Total ativo		**3.772.494**	**3.281.910**

Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Circulante		**2.533.207**	**2.243.570**
Contas a pagar		176.250	168.446
Obrigações a pagar	14.1	63.851	65.482
Impostos e encargos sociais a recolher	14.2	101.012	88.263
Encargos trabalhistas		4.735	4.175
Impostos e contribuições		5.173	8.399
Outras contas a pagar		1.479	2.127
Débitos de operações com seguros e resseguros		65.854	64.017
Prêmios a restituir		198	196
Corretores de seguros e resseguros	15	57.515	55.495
Outros débitos operacionais		8.141	8.326
Depósitos de terceiros	16	4.363	17.379
Provisões técnicas - seguros	17	2.286.740	1.993.728
Danos		2.286.512	1.993.484
Pessoas		228	244
Não circulante		**288.550**	**264.680**
Contas a pagar		42.698	35.222
Obrigações a pagar	14.1	3.536	1.520
Tributos diferidos	9.2.2	39.162	33.702
Provisões técnicas - seguros	17	176.182	154.700
Danos		175.622	153.981
Pessoas		560	719
Outros débitos		69.670	74.758
Provisões judiciais	18	69.670	74.758
Patrimônio líquido		**950.737**	**773.660**
Capital social	19 a	503.578	503.578
Aumento de capital (em aprovação)	19 a	171.000	–
Reservas de reavaliação	19 c	2.748	2.769
Reservas de lucros	19 d	325.073	253.185
Ajustes de avaliação patrimonial	19 b	(51.662)	14.128
Total do passivo e patrimônio líquido		**3.772.494**	**3.281.910**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais, exceto para informações sobre o lucro por ação

	Nota explicativa	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Prêmios emitidos	20	3.710.398	3.277.979
Variações das provisões técnicas de prêmios	21	(200.119)	(55.179)
Prêmios ganhos	20	**3.510.279**	**3.222.800**
Sinistros ocorridos	22	**(2.100.864)**	**(1.674.501)**
Custos de aquisição	23	**(811.732)**	**(723.379)**
Outras receitas e despesas operacionais	24	**(87.188)**	**(98.389)**
Resultado com resseguro		**(5)**	**(243)**
Despesa com resseguro		(5)	(243)
Despesas administrativas	25	**(327.539)**	**(298.065)**
Despesas com tributos	26	**(70.168)**	**(81.206)**
Resultado financeiro	27	**173.206**	**193.316**
Resultado patrimonial		**7.797**	**2.392**
Resultado operacional		**293.786**	**542.725**
Ganhos ou perdas com ativos não correntes.		**677**	**(1.537)**
Resultado antes dos impostos e participações		**294.463**	**541.188**
Imposto de renda	9.3	**(52.784)**	**(120.527)**
Contribuição social	9.3	**(32.255)**	**(73.763)**
Participações sobre o lucro		**(27.268)**	**(23.429)**
Lucro líquido do exercício		**182.156**	**323.469**
Quantidade de ações		1.722	1.418
Lucro líquido por ação - R$		105.782	228.116

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais)

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Lucro líquido do exercício	**182.156**	**323.469**
Outros resultados abrangentes	**(65.790)**	**(26.250)**
Ajustes de títulos e valores mobiliários	(107.795)	(44.300)
Efeitos tributários	43.118	17.720
Outros ajustes de avaliação patrimonial	(1.855)	550
Efeitos tributários	742	(220)
Total dos resultados abrangentes para o exercício, líquido dos efeitos tributários	**116.366**	**297.219**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Aumento de capital (em aprovação)	Reserva de reavaliação	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Reserva estatutária	Reservas de lucros: Outras	Ajustes de avaliação patrimonial/ Outros	Lucros acumulados	Total
Saldos finais em 31 de dezembro de 2019		**480.578**	**–**	**2.789**	**69.088**	**130.169**	**616**	**40.378**	**–**	**723.618**
Pagamentos dividendos adicionais		–	–	–	–	(130.169)	–	–	–	(130.169)
Plano de pagamento em ações		–	–	–	–		1.699	–	–	1.699
Aumento de capital em aprovação		–	23.000	–	–	–	–	–	–	23.000
Aumento de capital aprovado		23.000	(23.000)	–	–	–	–	–	–	–
Reserva de reavaliação										
Realização parcial por depreciação		–	–	(20)	–	–	–	–	20	–
Ajustes de avaliação patrimonial		–	–	–	16.174	–	–	(26.250)	(16.174)	(26.250)
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	–	–	323.469	323.469
Destinação do lucro líquido do exercício										
Reserva legal		–	–	–	–	–	–	–	–	–
Reservas estatuárias		–	–	–	–	165.608	–	–	(165.608)	–
Dividendos mínimos obrigatórios (JCP)		–	–	–	–	–	–	–	(81.460)	(81.460)
Dividendos /JCP intermediários		–	–	–	–	–	–	–	(60.247)	(60.247)
Saldos finais em 31 de dezembro de 2020		**503.578**	**–**	**2.769**	**85.262**	**165.608**	**2.315**	**14.128**	**–**	**773.660**
Pagamentos dividendos adicionais		–	–	–	–	(65.000)	–	–	–	(65.000)
Plano de pagamento em ações		–	–	–	–	–	3.058	–	–	3.058
Aumento de capital em aprovação:										
AGE de 30 de agosto de 2021	19 a	–	20.000	–	–	–	–	–	–	20.000
AGE de 29 de outubro de 2021	19 a	–	100.000	–	–	–	–	–	–	100.000
AGE de 28 de dezembro de 2021	19 a	–	51.000	–	–	–	–	–	–	51.000
Reserva de reavaliação										
Realização parcial por depreciação	19 c	–	–	(21)	–	–	–	–	21	–
Ajustes de avaliação patrimonial	19 b	–	–	–	–	–	–	(65.790)	–	(65.790)
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	–	–	182.156	182.156
Destinação do lucro líquido do exercício										
Reserva legal	19 d(i)	–	–	–	9.108	–	–	–	(9.108)	–
Reservas estatuárias	19 d(ii)	–	–	–	–	124.722	–	–	(124.722)	–
Dividendos mínimos obrigatórios e intermediários	19 e	–	–	–	–	–	–	–	(14.488)	(14.488)
Juros sobre capital próprio	19 e	–	–	–	–	–	–	–	(33.859)	(33.859)
Saldos finais em 31 de dezembro de 2021		**503.578**	**171.000**	**2.748**	**94.370**	**225.330**	**5.373**	**(51.662)**	**–**	**950.737**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais)

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	182.156	323.469
Ajustes para:		
Depreciação e amortizações	9.504	8.972
Perda por redução ao valor recuperável dos ativos	5.464	12.668
Perda/(ganho) na alienação de imobilizado e intangível	(425)	2.973
Resultado de equivalência patrimonial	78	62
Outros ajustes	(5.657)	173
Variação nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	(177.958)	226.184
Créditos das operações de seguros e resseguros	(168.001)	(161.469)
Ativos de resseguro	(957)	(381)
Créditos fiscais e previdenciários	(15.598)	(2.720)
Ativo fiscal diferido	(43.554)	(6.604)
Depósitos judiciais e fiscais	4.467	(13.702)
Despesas antecipadas	(1.666)	(1.217)
Custos de aquisição diferidos	(39.002)	(21.063)
Outros ativos	(25.869)	10.760
Impostos e contribuições	95.927	203.250
Outras contas a pagar	18.506	(20.947)
Débitos de operações com seguros e resseguros	1.837	(13.257)
Depósitos de terceiros	(13.016)	15.342
Provisões técnicas - seguros e resseguros	314.494	(88.077)
Provisões judiciais	(5.088)	12.660
Outros passivos	(65.790)	(26.250)
Caixa líquido gerado nas operações	**69.852**	**460.826**
Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio	1	11
Imposto sobre o lucro pago	(99.153)	(206.816)
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades operacionais	**(29.300)**	**254.021**
Atividades de investimento		
Recebimento pela venda:		
Imobilizado	3.456	3.055
Pagamento pela compra:		
Imobilizado	(4.307)	(1.991)
Intangível	(17.654)	(12.176)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	**(18.505)**	**(11.112)**
Atividades de financiamento		
Aumento de capital	171.000	23.000
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(113.347)	(271.877)
Outros	3.058	1.699
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades de financiamento	**60.711**	**(247.178)**
Aumento/(redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa	**12.906**	**(4.269)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**47.309**	**51.578**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**60.215**	**47.309**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Azul Companhia de Seguros Gerais ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado constituída em 24 de setembro de 1924, autorizada a operar pelo Decreto nº 16.672 de 17 de novembro de 1924, localizada na Avenida Rio Branco, 80 - 16º ao 20º andares no Rio de Janeiro (RJ) - Brasil. Tem por objeto social a exploração de seguros de danos e pessoas, em qualquer das suas modalidades ou formas conforme definido na legislação vigente, operando por meio de sucursais em todo território nacional. A Companhia é uma controlada direta da Porto Seguro S.A. a qual possui ações negociadas no Novo Mercado da B3, sob a sigla PSSA3.

1.1 OUTRAS INFORMAÇÕES - COVID-19

Apesar do momento desafiador, a Companhia segue otimista na condução de suas operações e confiantes na robustez e resiliência do seu modelo de negócios para ultrapassar a crise da pandemia da COVID-19. Continuamos monitorando os reflexos da pandemia, e destacamos os principais efeitos nos negócios da Companhia por segmento de atuação:

Operação de seguros:
No segmento de Automóveis, os prêmios emitidos totalizaram em 2021 R$ 2.441,4 milhões, aumento de R$ 254,3 milhões ou 11,6% sobre os R$ 2.187,1 milhões no mesmo período de 2020. Adicionalmente, a sinistralidade foi de 59,9%, um aumento de 11,0 p.p em relação ao mesmo período do ano anterior. O seguro de Automóveis voltou a apresentar crescimento no volume de prêmios emitidos, e a Companhia segue focada no lançamento de produtos mais acessíveis e processos de vendas mais simples, que permitam aumentar a competitividade.
Nos demais produtos e nas demais linhas das demonstrações financeiras não registramos até o fechamento do exercício oscilações significativas em termos de resultado e patrimoniais.
Continuamos com Grupo de Trabalho para coordenar as ações a serem tomadas para enfrentar a pandemia, objetivando minimizar quaisquer impactos na qualidade do atendimento a nossos clientes, segurados e beneficiários, para minimizar o risco aos nossos colaboradores e familiares e garantir a manutenção da continuidade e qualidade dos negócios da Companhia.
Dentro das principais ações internas, destacamos a adoção ao regime de "home office" para parte substancial dos nossos colaboradores, a priorização de reuniões por videoconferência e a circulação de comunicação corporativa para informar e conscientizar os colaboradores dos riscos relacionados à disseminação do vírus e direcionar a busca por novas informações.

1.2 OUTRAS INFORMAÇÕES - BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS LEI DO BEM

Com as recentes e contínuas manifestações favoráveis e aceitações por parte das autoridades tributárias competentes e do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação, aos pedidos de benefício fiscal da lei do bem, referente aos projetos realizados durante o período de 2016 a 2020, e adicionado ao fato de que as características dos projetos de pesquisas e desenvolvimentos são similares em todo este período, a Companhia entende que as incertezas relacionadas à aceitação foram diluídas, passando a ser remoto o risco de um possível contingenciamento dos benefícios tributários.
Com base nesta mudança de estimativa por conta desses fatos recentes, a Companhia reconheceu no resultado do período o total de benefício no montante de R$ 7.209, sendo parte em reversão da totalidade do provisionamento dos saldos relacionados às incertezas que existiam no passado sobre tratamento de tributos sobre o lucro, no montante de R$ 758 em 2016 e R$ 934 em 2017 e benefícios tributários referentes a despesas dos projetos incorridas nos montantes de R$ 1.192 em 2018, R$ 2.149 em

continua

DocuSigned by:
O ESTADO DE SÃO PAULO
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 95615741872
Data/Hora da Assinatura: 02/03/2022 | 08:47:39 BRT
ICP Brasil
E1FD1C243A074BCC8CF482D829CD5368

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

DocuSign Envelope ID: 57F0163B-88F9-46F5-B20A-3B9D8918208B

AZUL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ/MF nº 33.448.150/0001-11

Sede: Avenida Rio Branco, 80 - 16º ao 20º andares - Centro - CEP: 20040-070 - Rio de Janeiro - RJ

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2019 e R$ 2.176 em 2020. Em complemento, a Companhia reconheceu o montante de R$ 3.954 referente ao exercício corrente de 2021.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis relevantes utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos comparativos apresentados. Não houve no exercício de 2021 alterações nas políticas contábeis relevantes.

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, entre outros, a determinação: (i) do valor justo de ativos e passivos financeiros, (ii) das provisões técnicas, (iii) da provisão para risco de créditos ("impairment"), (iv) da realização dos impostos diferidos; e (v) das provisões para processos judiciais. A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá ser efetuada por valores sensivelmente diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

A Companhia revisa essas estimativas e premissas periodicamente (vide nota explicativa nº 3). As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a premissa de continuação dos negócios em curso normal.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia. Desta forma, a Administração entende que estas Demonstrações Financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa.

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Administração em 18 de fevereiro de 2022.

2.1.1 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em observância às disposições da Lei das Sociedades Anônimas e normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), segundo critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído pela Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações (revogada pela Circular SUSEP nº 648/2021 a partir de 3 de Janeiro de 2022).

As demonstrações financeiras consolidadas do grupo Porto Seguro, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), foram divulgadas pela sua controladora Porto Seguro S.A. em 07 de fevereiro de 2022 e estão disponíveis no site da Companhia (http://ri.portoseguro.com.br).

2.2 MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em milhares de reais (R$), que é também sua moeda funcional. Para determinação da moeda funcional é observada a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia opera.

(a) TRANSAÇÕES E SALDOS EM MOEDA ESTRANGEIRA

As transações denominadas em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia utilizando-se as taxas de câmbio da data das transações. Ganhos ou perdas de conversão de saldos resultantes da liquidação de tais transações são reconhecidos no resultado do exercício exceto quando reconhecidos no patrimônio como resultado de itens de operação caracterizada como investimento do exterior.

2.3 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

2.4 ATIVOS FINANCEIROS

(a) MENSURAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

A Administração da Companhia determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos/constituídos, os quais são classificados nas seguintes categorias:

(i) MENSURADOS PELO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO - TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO

São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no exercício em que ocorrem.

(ii) TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA VENDA

São instrumentos financeiros não derivativos reconhecidos pelo seu valor justo. Os juros destes títulos, calculados com o uso do método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado em "Resultado financeiro". A variação no valor justo (ganhos ou perdas não realizadas) é lançada contra o patrimônio líquido, na conta "Outros resultados abrangentes", sendo realizada contra o resultado por ocasião da sua efetiva liquidação ou por perda considerada permanente ("impairment").

(iii) MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO

São classificados nessa categoria os ativos financeiros adquiridos para obter fluxos de caixa contratuais. Esses títulos são contabilizados pelo custo de aquisição e para os quais há a intenção e capacidades de mantê-los até a data de seus vencimentos.

(iv) EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS (CLIENTES)

Incluem-se nesta categoria os recebíveis (prêmios a receber de segurados) que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Esses recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros (quando aplicável), e são avaliados por "impairment" a cada data de balanço (vide nota explicativa nº 2.6.1).

(b) DETERMINAÇÃO DE VALOR JUSTO DE ATIVOS FINANCEIROS

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base em preços de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, fazendo o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e o mínimo possível de informações geradas pela Administração. O valor justo dos ativos classificados como "Títulos para negociação" e "Títulos disponíveis para venda" baseia-se na seguinte hierarquia:

- Nível 1: preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos.
- Nível 2: classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis em mercado aberto.
- Nível 3: ativo que não seja precificado com base em dados observáveis do mercado e a Companhia utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo.

O valor de mercado dos títulos públicos é embasado no preço unitário de mercado informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo. Os títulos privados são valorizados a mercado por meio da mesma metodologia de precificação adotada pelo administrador dos fundos de investimentos.

2.5 ATIVOS DE RESSEGURO

Os ativos de resseguro são valores a receber de resseguradores e valores das provisões técnicas de resseguro, avaliados consistentemente com os saldos associados aos passivos de seguro que foram objeto de resseguro. Os valores a pagar a resseguradores são compostos por prêmios em contratos de cessão de resseguro.

As perdas por "impairment", quando aplicáveis, são avaliadas utilizando-se metodologia similar àquela aplicada para ativos financeiros (vide nota explicativa nº 2.6). Essa metodologia também leva em consideração os fluxos administrativos específicos de recuperação com os resseguradores.

2.6 ANÁLISE DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS ("IMPAIRMENT")

2.6.1 EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS (CLIENTES)

Avalia-se constantemente se há evidência de que um determinado ativo ou grupo de ativos classificado na categoria de empréstimos ou recebíveis (avaliados ao custo amortizado) esteja deteriorado ou "impaired". Para a análise de "impairment", a Companhia utiliza fatores observáveis que incluem base histórica de perdas e inadimplência e quebra de contratos (cancelamento das coberturas de risco).

A metodologia utilizada é a de perda incorrida, que considera a existência de evidência objetiva de "impairment" para ativos individualmente significativos. Se for considerado que não existe tal evidência, os ativos são incluídos em um grupo com características de risco de crédito similares (tipos de contrato de seguro, "ratings" internos, etc.) e testados em uma base agrupada, com a aplicação dos seguintes parâmetros: probabilidade de inadimplência das operações, previsão de recuperabilidade dessas perdas incluindo as garantias existentes e as perdas históricas de devedores classificados em uma mesma categoria.

Valores que são provisionados como perda são geralmente baixados ("write-off") quando não há mais expectativa para recuperação do ativo, conforme regras da SUSEP.

2.6.2 TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA A VENDA

A cada data de balanço é avaliado se há evidência objetiva de que um ativo classificado como disponível para a venda está individualmente deteriorado. Caso tal evidência exista, a perda acumulada é removida do patrimônio líquido e reconhecida imediatamente no resultado.

2.6.3 ATIVOS NÃO FINANCEIROS

Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização, tais como intangíveis com vida útil definida e imobilizados são revisados para a verificação de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda é reconhecida no valor pelo qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do "impairment" os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente, chamadas de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs). As UGCs são determinadas e agrupadas pela Administração com base na distribuição geográfica dos seus negócios e com base nos serviços e produtos oferecidos, nos quais são identificados fluxos de caixa específicos. Os ativos não financeiros que tenham sofrido "impairment" são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do "impairment".

2.7 BENS À VENDA - SALVADOS

A Companhia detém ativos circulantes que são mantidos para a venda, tais como estoques de bens salvados recuperados após indenizações integrais em sinistros de automóveis, registrados pelo valor estimado de realização, com base em estudos históricos de recuperação. Adicionalmente, os bens salvados que não estejam disponíveis para venda por questões documentais, por exemplo, são mantidos no ativo não circulante, conforme regras da SUSEP.

2.8 DIREITOS A SALVADOS E A RESSARCIMENTOS

Após a liquidação de um sinistro e consequente aquisição de direitos em relação a salvados ou a ressarcimentos, a Companhia registra esse ativo de forma segregada dos salvados e ressarcimentos não estimados. Esse ativo estimado é calculado através de técnicas estatísticas e atuariais, com base no desenvolvimento histórico de liquidação de sinistros.

2.9 CUSTO DE AQUISIÇÃO DIFERIDO (DAC)

As comissões sobre prêmios emitidos e os custos diretos de angariação são diferidos e amortizados de acordo com o prazo de vigência das apólices, conforme demonstrado na nota explicativa nº 12. Os custos indiretos de comercialização não são diferidos.

2.10 PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

A Companhia possui investimento na sociedade controlada Franco Corretagem de Seguros Ltda., avaliada pelo método de equivalência patrimonial. Considera-se controlada a sociedade na qual a Companhia é titular de direitos de sócio ou acionistas que lhe assegurem o poder e a capacidade de dirigir as atividades relevantes das sociedades, afetando, inclusive, seus retornos sobre estas, e quando houver o direito sobre os retornos variáveis das sociedades.

2.11 ATIVO IMOBILIZADO DE USO PRÓPRIO

Compreendem imóveis, equipamentos, móveis, máquinas e utensílios e veículos utilizados na condução dos negócios da Companhia. O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada (exceto para terrenos que não são depreciados). O custo histórico desse ativo compreende gastos diretamente atribuíveis para sua aquisição a fim de que o ativo esteja em condições de uso.

Gastos subsequentes são ativados somente quando é provável que benefícios futuros econômicos associados com o item do ativo fluirão para a Companhia. Todos os outros gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado conforme incorridos.

A depreciação do ativo imobilizado é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de depreciação utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 13.

2.12 PROPRIEDADES IMOBILIÁRIAS DE INVESTIMENTO

Compreendem os imóveis de propriedade da Companhia que estão sendo mantidos para valorização do capital. Esses imóveis são avaliados tempestivamente ao valor justo e as oscilações são registradas imediatamente no resultado do período.

2.13 ATIVO INTANGÍVEL

Os gastos com aquisição e implantação de "softwares" e sistemas são reconhecidos como ativo quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica. As despesas relacionadas à manutenção de "software" são reconhecidas no resultado do exercício quando incorridas.

A amortização do ativo intangível com vida útil definida é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos.

2.14 CONTRATOS DE SEGURO E CONTRATOS DE INVESTIMENTO - CLASSIFICAÇÃO

A Companhia emite diversos tipos de contratos de seguros gerais que transferem riscos significativos de seguros, financeiros ou ambos. Entende-se como risco significativo de seguro como a possibilidade de pagar benefícios significativos aos segurados na ocorrência de um evento de seguro com substância comercial. Os contratos de resseguro também são classificados segundo os princípios de transferência de risco de seguro.

Os contratos de assistência a segurados como serviços a automóveis e residências e assistência 24 horas, entre outros, também são avaliados para fins de classificação de contratos e são classificados como contratos de seguro quando há transferência significativa de risco de seguro entre as contrapartes no contrato.

Na data de balanço, não foram identificados contratos classificados como contratos de investimentos.

2.15 PASSIVOS DE CONTRATOS DE SEGUROS

2.15.1 AVALIAÇÃO DE PASSIVOS ORIGINADOS DE CONTRATOS DE SEGURO

Utilizam-se as diretrizes do CPC 11 para avaliação dos contratos de seguro e aplicam-se as regras de procedimentos mínimos para avaliação de contratos de seguro, como: Teste de Adequação de Passivos (TAP); avaliação de nível de prudência utilizado na avaliação dos contratos; entre outras políticas aplicáveis.

Não são aplicados os princípios de "Shadow Accounting" (contabilidade reflexa), já que a Companhia não dispõe de contratos cuja avaliação dos passivos ou benefícios aos segurados seja impactada por ganhos ou perdas não realizadas de títulos classificados como disponíveis para a venda.

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as diretrizes do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais (NTAs) e estão descritos resumidamente a seguir:

(a) A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é calculada "pro rata" dia para os seguros de danos e seguros de pessoas, com base nos prêmios emitidos, tem por objetivo provisionar a parcela destes, correspondente ao período de risco a decorrer contado a partir da data-base de cálculo.

(b) A Provisão de Prêmios Não Ganhos de Riscos Vigentes, mas Não Emitidos (PPNG-RVNE) é calculada para os seguros de danos e seguros de pessoas e tem como objetivo estimar a parcela de prêmios não ganhos, referentes aos riscos assumidos, cujas vigências já se iniciaram e que estão em processo de emissão.

(c) A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) - administrativa e judicial - é constituída com base na estimativa dos valores a indenizar efetuada por ocasião do recebimento do aviso de sinistro, eventos ou notificação do processo judicial, bruta dos ajustes de resseguro e líquida de cosseguro. Essa provisão é ajustada pela Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Suficientemente Avisados (IBNeR), com o objetivo de estimar as mudanças de valores que os sinistros avisados sofrerão ao longo dos processos de análise até sua liquidação. A IBNeR é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais, como triângulos de "run-off", com base no desenvolvimento histórico de sinistros para os seguros de danos e seguros de pessoas.

(d) A Provisão de Sinistros Ocorridos, mas Não Avisados (IBNR) é constituída para pagamento dos sinistros que já ocorreram, mas que ainda não foram avisados à Companhia até data-base de apuração e é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais como pela aplicação de triângulos de "run-off", com base no comportamento histórico observado entre a data da ocorrência do sinistro e a data do seu registro, para os seguros de danos e de pessoas.

(e) A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída com o objetivo de garantir a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas com sinistros. A provisão deve abranger as despesas alocáveis e não alocáveis, relacionadas à liquidação de indenizações ou benefícios.

As provisões técnicas são segregadas entre circulante e não circulante no balanço patrimonial conforme seus perfis de liquidações, baseados nos fluxos atuariais.

2.15.2 TESTE DE ADEQUAÇÃO DOS PASSIVOS (TAP)

Em cada data de balanço é elaborado o TAP (ou "Liability Adequacy Test" - LAT) para todos os contratos vigentes na data de execução do teste. Esse teste é elaborado considerando-se como valor contábil todos os passivos de contratos de seguro, deduzidos dos custos de aquisição diferidos (ativo), conforme critérios do CPC 11 e da SUSEP.

Para o teste, desenvolveu-se uma metodologia que considera a melhor estimativa de todos os fluxos de caixa futuros, que também incluem as despesas incrementais e de liquidação de sinistros, utilizando premissas realistas. Para os ramos de risco decorrido, são levados em consideração os prêmios ganhos observados para efetuar a melhor estimativa de receita de prêmios do período subsequente à data-base de cálculo.

Na determinação das estimativas dos fluxos de caixa futuros, os contratos são agrupados por similaridades ou características de risco. Os fluxos de caixa são trazidos a valor presente a partir de premissas de taxas de juros livres de risco. Caso seja identificada qualquer insuficiência no TAP, registra-se a perda imediatamente como uma despesa no resultado do exercício, constituindo a Provisão Complementar de Cobertura (PCC).

Alguns contratos permitem o direito de venda do ativo danificado que tenha sido recuperado (tal como salvados). Fica resguardado, também, o direito contratual de se buscar ressarcimentos de terceiros, como sub-rogação de direitos para pagamentos de danos parciais ou totais cobertos. Consequentemente, estimativas de recuperações são incluídas como um redutor na avaliação e, consequentemente, na execução do TAP.

Foi publicada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) em janeiro de 2022, nova metodologia de estimação das estruturas a termo das taxas de juros livres de risco (ETTJ) para as curvas: Prefixada, Cupom de IGP-M, Cupom de TR e Cupom Cambial (dólar). O primeiro semestre de 2022 ainda será um período para transição e adoção definitiva por esta Companhia até junho de 2022, conforme previsto nas orientações da referida autarquia.

2.16 PROVISÕES JUDICIAIS, PASSIVOS CONTINGENTES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

As provisões são constituídas para fazer face aos desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. As constituições baseiam-se em uma análise individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando um desembolso futuro.

Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal" (fiscais e previdenciárias), cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente e atualizados monetariamente pela taxa SELIC.

Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante.

2.17 RECONHECIMENTO DE RECEITAS

2.17.1 PRÊMIO DE SEGURO E RESSEGURO

As receitas de prêmio dos contratos de seguro são reconhecidas quando da emissão da apólice ou quando da vigência do risco, o que ocorrer primeiro, proporcionalmente e ao longo do período de cobertura do risco das respectivas apólices, por meio da constituição/reversão da PPNG (vide nota explicativa nº 2.14.1(a)).

As despesas de resseguro cedido são reconhecidas de acordo com o reconhecimento do respectivo prêmio de seguro (resseguro proporcional) e/ou de acordo com o contrato de resseguro (resseguro não proporcional).

2.17.2 RECEITA DE JUROS E DIVIDENDOS RECEBIDOS

As receitas de juros de instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado do exercício, segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de retorno. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são apropriados no resultado no mesmo prazo do recebimento.

As receitas de dividendos de investimentos em ativos financeiros representados por instrumentos de capital (ações) são reconhecidas no resultado quando o direito a receber o pagamento do dividendo é estabelecido.

2.18 DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

A distribuição de dividendos e Juros sobre o Capital Próprio (JCP) para os acionistas é reconhecida como um passivo, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório (25%) somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas.

O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido no resultado do período. A taxa utilizada no cálculo dos juros sobre o capital próprio é a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) durante o período aplicável, conforme a legislação vigente.

2.19 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores de imposto de renda e contribuição social incluem as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido; nesses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.

Os impostos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de encerramento do exercício social. No Brasil, o imposto de renda é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R$ 240 anuais. A provisão para contribuição social para as sociedades seguradoras foi constituída à alíquota de 20% a partir de julho de 2021, tendo em vista a majoração da CSLL pela lei nº 14.183/21 (conversão da Medida Provisória nº 1.034/21) de 15% para 20% sobre o lucro das empresas de seguros.

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos desses ativos e passivos. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos e conforme suas expectativas de realizações.

3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. Não houve mudanças de critério na determinação das estimativas em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

A Administração da Companhia não vislumbra em cenários de médio e longo prazos riscos de continuidade de seus negócios, uma vez que, entre outros motivos: (i) opera em um mercado em expansão no país, onde há grandes potenciais de aumento de sua participação no PIB brasileiro, quando comparado com padrões estrangeiros; (ii) investe em tecnologias e processos para proporcionar um crescimento sustentável de suas operações; (iii) busca a diversificação de mercados e regiões, ampliando sua gama de atuação; (iv) possui resultados econômico-financeiros passados consistentes e uma sólida condição patrimonial.

3.1 AVALIAÇÃO DE PASSIVOS DE SEGUROS

O componente em que a Administração mais exerce o julgamento e utiliza estimativas é na constituição dos passivos de seguros. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que serão liquidados em última instância. São utilizadas todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da Administração e dos atuários para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido.

Consequentemente, os valores provisionados podem diferir significativamente dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações. O valor total dos passivos de contratos de seguro, em 31 de dezembro de 2021, é de R$ 2.462.922.

3.2 CÁLCULO DE VALOR JUSTO E "IMPAIRMENT" DE ATIVOS FINANCEIROS

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

Aplicam-se regras de análise de "impairment" para os recebíveis, incluindo os prêmios a receber de segurados. Nesta área é aplicado alto grau de julgamento para determinar o nível de incerteza, associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros. Nesse julgamento estão incluídos o tipo de contrato, segmento econômico, histórico de vencimento e outros fatores relevantes que possam afetar a constituição das perdas para "impairment", conforme descrito no item 2.6.1.

O valor total dos ativos financeiros (incluindo caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e prêmios a receber de segurados), em 31 de dezembro de 2021, é de R$ 2.774.094 para os quais existem R$ 6.198 de provisão para risco de crédito.

3.3 AVALIAÇÃO DAS PROVISÕES DE PROCESSOS JUDICIAIS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Companhia dispõe de um considerável número de processos judiciais em aberto na data das demonstrações financeiras. O procedimento utilizado pela Administração para a construção das estimativas contábeis leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área, a evolução dos processos, a situação e a instância de julgamento de cada caso específico. Adicionalmente, é utilizado o melhor julgamento sobre esses casos para a constituição das provisões, seguindo os princípios do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. O valor total das provisões judiciais, em 31 de dezembro de 2021, é de R$ 69.670, para as quais existem R$ 83.686 em depósitos judiciais.

continua

DocuSigned by:
O ESTADO DE SÃO PAULO
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533849000141
CPF: 95616741872
Data/Hora da Assinatura: 02/03/2022 | 08:47:51 BRT
ICP Brasil
E1FD1C243A074BCC8CF482D829CD5368

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

DocuSign Envelope ID: 57F0163B-88F9-46F5-B20A-3B9D8918208B

AZUL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ/MF nº 33.448.150/0001-11

Sede: Avenida Rio Branco, 80 - 16º ao 20º andares - Centro - CEP: 20040-070 - Rio de Janeiro - RJ

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.4 CÁLCULO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. Essa é uma área que requer a utilização de julgamento da Administração da Companhia na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade de geração de lucros futuros tributáveis, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. O valor total dos créditos tributários diferidos, em 31 de dezembro de 2021, é de R$ 101.952 (ativo) e R$ 39.162 (passivo).

4. GESTÃO DE RISCOS

A Companhia está exposta a um conjunto de riscos inerentes às suas atividades e, para gerir estes riscos, possui uma série de princípios, diretrizes, ações, papéis e responsabilidades necessários à identificação, avaliação, tratamento e controle dos riscos.

A governança de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as áreas, tendo por finalidade proteger o resultado e seus acionistas, contribuir para sua sustentabilidade e valor, envolvendo aspectos relacionados à transparência e prestação de contas.

Nesse contexto, o gerenciamento dos riscos é exercido de modo integrado e independente e valorizando o ambiente de decisões colegiadas. As decisões são pautadas em fatores que combinam o retorno sobre o risco mensurado, permitindo seu alinhamento na definição dos objetivos comerciais e promoção do aculturamento dos colaboradores em todos os níveis hierárquicos.

Todas estas iniciativas proporcionam a ampliação da eficiência operacional e consequente redução do nível de perdas, além de otimizar a utilização do capital disponível. Refletindo o compromisso com a gestão de riscos, a Companhia possui a área de Gestão de Riscos Corporativos cuja missão é garantir que os riscos sejam efetivamente identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados de forma independente.

Com o intuito de obter sinergias ao longo do processo de gerenciamento de riscos há, permanentemente, um fórum denominado Comitê de Risco Integrado. Este tem como objetivo fornecer subsídios e informações ao Conselho de Administração em assuntos referentes à gestão de riscos, propondo planos de ação e diretrizes, avaliando o cumprimento das normas de gestão de riscos e acompanhando os indicadores-chave de riscos.

Vale destacar que decorrente da pandemia do COVID-19, uma série de ações e iniciativas foram estabelecidas pela Alta Administração da Companhia, com o objetivo de confrontar as incertezas e desafios inerentes ao cenário atual, incluindo entre outras, o estabelecimento do Comitê de Crise, acompanhamento diário dos principais indicadores de negócio e operacional, assim como elaboração de cenários de impacto em resultado, liquidez e solvência.

A gestão de riscos financeiros, de seguros e operacionais compreende as seguintes categorias:

4.1 RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito caracteriza-se pela possibilidade de não cumprimento por determinada contraparte (pessoa física, jurídica ou governo) das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam ativos financeiros. Este risco é composto por:

(a) Portfólio de Investimentos

Para o gerenciamento deste risco, a Companhia possui políticas e processos de monitoramento mensais para garantir que limites ou determinadas exposições não sejam excedidos. Para determinação dos limites são avaliados critérios que contemplam a capacidade financeira, assim como grau mínimo de risco ("rating") "A" de acordo com metodologia de classificação própria, que segue processos de governança para avaliação e aprovação das operações.

Em 31 de dezembro de 2021, 96,1% (96,6% em 31 de dezembro de 2020) das aplicações financeiras estavam alocadas em títulos do tesouro brasileiro (risco soberano) e o restante em aplicações de "rating" "AA". Na carteira de investimentos, nenhuma operação encontra-se em atraso ou deteriorada ("impared").

(b) Inadimplência nos prêmios a receber

É a possibilidade de perda devido ao não pagamento dos prêmios por parte dos segurados. Para mitigação destes riscos são estabelecidas regras de aceitação que incluem análise do risco de crédito dos segurados, fundamentadas em informações de agências de mercado e de comportamento histórico junto à Companhia, assim como, no caso de inadimplência, a cobertura de sinistros poderá ser cancelada conforme produto, regulamentação vigente e relacionamento com o cliente. Os prêmios a receber de segurado da Companhia, em geral, não possuem concentração de riscos (por setor econômico, por exemplo), uma vez que são recebíveis, principalmente, de pessoas físicas e varejo. Os vencimentos dos prêmios a receber estão apresentados na nota explicativa nº 8.1.1.

4.2 RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como a eventual indisponibilidade de recursos de caixa para fazer frente a obrigações futuras. A Companhia possui controles com o objetivo de manter seus níveis de liquidez em patamares adequados, alinhados aos requisitos regulatórios, assim como equilibrar a relação entre as taxas, risco e retorno. Adicionalmente, há a definição de caixa mínimo a ser mantido em relação as projeções dos fluxos de caixa.

Os principais itens abordados na gestão do risco de liquidez são: limites de risco de liquidez, incluindo caixa mínimo em relação as projeções dos fluxos de caixa e de ativos de alta liquidez (em sua maioria títulos públicos, os quais podem ser liquidados antecipadamente); simulações de cenários (teste de "stress"); e medidas potenciais para contingenciamento.

Adicionalmente, dado as características dos papéis dos títulos de valores mobiliários, sendo exclusivo para cobertura de reserva técnica, composto em sua totalidade, por títulos públicos nacionais, sem carência ou qualquer outro tipo de penalidade em resgate/liquidação antecipada, sua liquidez pode ser considerada imediata.

A tabela a seguir apresenta o risco de liquidez a que a Companhia está exposta (i):

	Dezembro de 2021		Dezembro de 2020	
	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)
À vista/sem vencimento	105.915	–	75.494	–
Fluxo de 1 a 30 dias	295.552	316.286	261.184	244.997
Fluxo de 2 a 6 meses	764.400	1.056.709	677.328	815.013
Fluxo de 7 a 12 meses	171.951	391.374	148.373	372.809
Fluxo acima de 1 ano	1.441.550	176.871	1.132.770	119.059
	2.779.368	**1.941.240**	**2.295.149**	**1.551.878**

(i) Fluxos de caixa estimados com base em julgamento da Administração, expiração do risco dos contratos de seguros e melhor expectativa quanto à data de liquidação de sinistros estimados. Esses fluxos foram estimados até a expectativa de pagamento e/ou recebimento e não consideram os valores a receber vencidos. Os ativos pós-fixados foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais, e os saldos foram projetados utilizando-se curva de juros, taxas previstas do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e taxas de câmbio divulgadas para períodos futuros em datas próximas ou equivalentes.

(ii) O fluxo de ativos considera o caixa e equivalentes de caixa, aplicações, prêmios a receber e operações com resseguradoras.

(iii) O fluxo de passivos considera os passivos de contratos de seguros e os débitos de operações com seguros e resseguros.

4.3 RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas devidas a oscilações nos preços e taxas de mercado das posições mantidas em carteira. Visto o perfil dos negócios da Companhia, sua maior exposição está relacionada ao risco de taxa de juros. Existem políticas que estabelecem limites, processos e ferramentas para efetiva gestão do risco de mercado. Seguem abaixo as exposições de investimento segregadas por fator de risco de mercado:

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Inflação (IPCA/IGPM)	84,9%	90,5%
Pós-fixados (SELIC/CDI)	10,6%	6,2%
Ações	1,6%	1,6%
Prefixados	1,7%	0,5%
Outros	1,2%	1,2%

Entre os métodos utilizados na gestão, utiliza-se a técnica de valor em risco ("Value at Risk" - VaR) paramétrico, com intervalo de confiança de 95% em horizonte de 1 dia. São realizados acompanhamentos complementares, como análises de sensibilidade e as ferramentas de "tracking error" e "Benchmark-VaR", utilizados para isso cenários realísticos e plausíveis ao perfil e caracteristica do portfólio.

Os resultados obtidos são utilizados para mitigação de riscos e entendimento do impacto sobre os resultados e o patrimônio líquido, em condições normais e de "stress". Esses testes levam em consideração cenários históricos e de condições futuras de mercado, sendo seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão, bem como na identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia.

Segue o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade da carteira de instrumentos financeiros, em 31 de dezembro de 2021 nos termos da Instrução CVM nº 02/2020 e posteriores:

Fator de Risco	Cenário (i)	Impacto (ii)
Índices de preços	+ 50 b.p.	(82.988)
	+ 25 b.p.	(42.862)
	+ 10 b.p.	(17.489)
	- 10 b.p.	17.489
	- 25 b.p.	42.862
	- 50 b.p.	82.988
Juros pré-fixados	+ 50 b.p.	(16.353)
	+ 25 b.p.	(8.793)
	+ 10 b.p.	(4.063)
	- 10 b.p.	4.063
	- 25 b.p.	8.793
	- 50 b.p.	16.353
Juros pós-fixados	+ 50 b.p.	(655)
	+ 25 b.p.	(546)
	+ 10 b.p.	(437)
	- 10 b.p.	437
	- 25 b.p.	546
	- 50 b.p.	655
Ações	± 34%	494
	± 17%	247
	± 9%	124

(i) B.P. = "basis points". O cenário base utilizado é o cenário possível de "stress" para cada fator de risco, disponibilizado pela B3.

(ii) Bruto de efeitos tributários.

Ressalta-se que visto a capacidade de reação da Companhia, os impactos acima apresentados podem ser minimizados.

4.4 RISCO DE SEGURO/SUBSCRIÇÃO

O risco de subscrição é definido como a possibilidade de ocorrência de eventos que contrariem as expectativas e que possam comprometer significativamente o resultado das operações e o patrimônio líquido, incluindo falhas na precificação ou estimativas de provisionamento.

A Companhia emite seguros de automóveis e danos. O risco de subscrição é segmentado nas seguintes categorias de risco:

(a) Risco de prêmio

Gerado a partir de uma possível insuficiência dos prêmios cobrados para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações assumidas com os segurados. A Companhia desenvolve constantemente técnicas de análise e precificação do risco, utilizando-se de modelos estatísticos distintos para renovações e novos seguros, permitindo avaliar antecipadamente os resultados gerados em diversos cenários, que combinam níveis de preços, conversão de cotações e resultados, sendo as decisões tomadas considerando o cenário que gera as melhores margens para os produtos.

(b) Risco de provisão

Gerado a partir de uma possível insuficiência dos saldos das provisões constituídas para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações perante os segurados. Para avaliação da aderência das premissas e metodologias utilizadas para dimensionamento das provisões técnicas, são realizados constantemente testes de aderência em diferentes datas-bases, que verificam a suficiência histórica das provisões constituídas, incluindo o TAP (vide nota explicativa nº 2.14.2).

(c) Risco de retenção

Gerado a partir da exposição a riscos individuais com valor em risco elevado, concentração de riscos ou ocorrência de eventos catastróficos. Essas exposições são monitoradas por meio de processos e modelos adequados, sendo contratadas proteções de resseguro de acordo com os limites de retenção por risco aprovados pela SUSEP, assim como limites internos, refletidos em política corporativa de cessão de riscos.

(d) Risco de práticas de sinistros

Gerado a partir de regras e procedimentos inadequados para a regulação e liquidação de sinistros.

Cada área de produto estabelece, monitora e documenta as regras e práticas de aceitação de riscos e práticas de sinistros em consonância com as diretrizes gerais da Companhia, que incluem, por exemplo, parecer prévio da Diretoria Técnica para comercialização de cada produto e procedimentos para a aceitação de riscos.

As premissas utilizadas para as análises de sensibilidade para o risco de seguro, bem como o teste de adequação dos passivos, incluem:

• Utilização, como premissas de sinistralidade, das expectativas de prêmio de risco, baseadas em histórico de observações de frequência e severidade para cada agrupamento de ramos.

• Utilização de expectativas de cessão de prêmios e recuperação de sinistros, baseadas em histórico de observações para cada ramo e/ou agrupamento de ramos. Para as projeções, respeitaram-se as cláusulas contratuais vigentes na data-base do estudo dos contratos celebrados com os resseguradores.

• Utilização como indexador, para os passivos, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que é predominante nos contratos padronizados.

• Taxa de juros esperada para os ativos, equivalente à taxa SELIC/CDI, que é condizente com a rentabilidade obtida pela área de investimentos no exercício vigente.

• Premissas atuariais específicas em cada produto em consequência do impacto destas na precificação do risco segurável.

Os resultados obtidos nos processos de gestão e monitoramento do risco de subscrição são formalizados e reportados mensalmente à Alta Administração, permitindo que eventuais desvios em relação às projeções sejam corrigidos no menor espaço de tempo possível.

Os impactos dos testes de sensibilidade demonstrados a seguir são aqueles que ocorreriam no resultado e no patrimônio líquido da Companhia decorrente das variações nas premissas apresentadas. Como a Companhia apresenta suficiência nos fluxos do TAP (vide nota explicativa nº 2.14.2), conforme regras da SUSEP, os impactos demonstrados são após o esgotamento dessas suficiências.

4.4.1 AUTOMÓVEIS

A Companhia opera em todo o território nacional, comercializando apólices de seguro de automóvel para pessoas físicas e jurídicas, através de contratação individual ou de frotas. Como medida de mitigação de risco, são utilizados dispositivos rastreadores e localizadores em determinados tipos de veículos.

A tabela a seguir apresenta a exposição ao risco de seguro por região:

Localidade	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Região Sudeste	66,1%	66,4%
Região Sul	14,2%	14,4%
Região Nordeste	12,2%	12,1%
Região Centro-Oeste	5,9%	5,6%
Região Norte	1,6%	1,6%

A tabela a seguir apresenta as sensibilidades da carteira às premissas atuariais, líquidas de efeitos tributários:

Premissas atuariais	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Despesas administrativas - aumento de 30,0 p.p.	(279.584)	(199.515)
Sinistros - aumento de 50,0 %	(217.204)	(139.554)

4.5 RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos incluindo o risco legal.

A atividade de monitoramento e gerenciamento de risco operacional é executada de forma corporativa, utilizando para isso processo formal para identificar os riscos e as oportunidades, estimar o impacto potencial desses eventos e fornecer métodos para tratar esses impactos, reduzir as ameaças até um nível aceitável.

Isto inclui esforços para a construção de um banco de dados de perdas internas de risco operacional com informações abrangentes e detalhadas para a identificação da real dimensão de seu impacto sobre a Companhia, bem como para melhorar a confiabilidade nos mecanismos de gestão, controle e supervisão de solvência desse mercado.

5. GESTÃO DE CAPITAL

A estratégia na gestão de capital consiste em maximizar o valor do capital por meio da otimização do nível e das fontes de capital disponíveis, garantindo a sustentabilidade do negócio no curto e longo prazo, de acordo com os requerimentos regulatórios e de solvência. O processo de avaliação e gerenciamento de capital é realizado com uma visão de negócio em um horizonte de 1 ano, fundamentado em premissas de crescimento de negócios, lucratividade, distribuição de dividendos, entre outros indicadores-chave ao negócio.

A Companhia possui uma estrutura que atua de maneira ativa e prospectiva na gestão deste risco. A estrutura de gerenciamento de capital é suportada por política específica, a qual define os papéis e responsabilidades, limites de suficiência, relatórios de monitoramento e planos de contingência de capital. Essa gestão é de responsabilidade da Diretoria Financeira, que conta com o apoio da Diretoria Técnica, entre outras, para apuração dos resultados.

A suficiência de capital é avaliada conforme os critérios emitidos pelo CNSP e SUSEP. Neste sentido são avaliados os requerimentos de capital necessário para suportar os riscos inerentes, incluindo as parcelas de risco de crédito, mercado, operacional e subscrição. As parcelas de necessidades de capital, bem como a suficiência existente estão demonstradas na nota explicativa nº 19 (f).

6. EQUIVALENTES DE CAIXA

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Equivalentes de caixa (*)	17.094	4.606
	17.094	**4.606**

(*) Composto por operações compromissadas com vencimento em 1 dia, lastreadas principalmente, em Letras Financeiras do Tesouro (LFTs). Adicionalmente, contempla ajustes diários de instrumentos financeiros derivativos futuros.

7. APLICAÇÕES

7.1. ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO - TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO (*)

	Dezembro de 2021			Dezembro de 2020		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Fundos abertos						
Outros	146	–	146	–	–	–
Fundos exclusivos						
LFTs	157.039	–	157.039	68.308	–	68.308
Ações de companhias abertas	24.019	–	24.019	19.351	–	19.351
Cotas de fundos	16.802	–	16.802	13.439	–	13.439
Letras financeiras - privadas	–	7.031	7.031	–	4.079	4.079
Debêntures	–	5.148	5.148	–	5.558	5.558
NTNs - B	–	–	–	80	–	80
Outros		2.211	2.211	–	–	–
	197.860	**14.390**	**212.250**	**101.178**	**9.637**	**110.815**
	198.006	**14.390**	**212.396**	**101.178**	**9.637**	**110.815**
Circulante			212.250			110.815
Não circulante			146			–
Percentual das aplicações classificadas nesta categoria:			**15%**			**9%**

(*) Os títulos para negociação são compostos, substancialmente, por cotas de fundos de investimentos abertos ou exclusivos e letras financeiras de instituições privadas, cujo valor de custo atualizado desses títulos razoavelmente se aproxima de seu valor justo.

7.2 TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA VENDA

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
	Nível 1	Nível 1
Carteira própria (i)		
NTNs - B	1.065.484	1.100.018
	1.065.484	**1.100.018**
Percentual das aplicações classificadas nesta categoria:	**75%**	**89%**

(i) O valor de curva (custo atualizado) dos papéis em 31 de dezembro de 2021 era de R$ 1.150.182 (R$ 1.076.920 em dezembro de 2020).

7.3 MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO (*)

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Fundos exclusivos (*)		
NTNs - B	133.931	23.020
	133.931	**23.020**
Percentual das aplicações classificadas nesta categoria:	**9%**	**2%**

(*) O valor de mercado dos papéis em 31 de dezembro de 2021 era de R$ 125.101 (R$ 23.471 em 31 de dezembro de 2020).

7.4 MOVIMENTAÇÃO DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS (*)

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Saldo inicial	**1.238.459**	**1.472.375**
Aplicações	1.107.224	3.310.724
Resgates	(961.146)	(3.667.791)
Rendimentos	152.163	167.451
Ajuste a valor de mercado	(107.795)	(44.300)
Saldo final	**1.428.905**	**1.238.459**

(*) A movimentação das aplicações financeiras inclui os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, títulos disponíveis para venda e os ativos classificados como equivalentes de caixa.

7.5 ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE

Apesar da companhia possuir saldo de aplicações financeiras classificado no longo prazo, de acordo com o vencimento final dos títulos, o Índice de Liquidez Corrente da Companhia leva em consideração esses títulos devidos sua liquidez imediata, conforme características do fundo, sendo exclusivo para cobertura de reserva técnica, composto em sua totalidade, por títulos públicos nacionais, sem carência ou qualquer outro tipo de penalidade em caso de resgate ou liquidação antecipada.

A tabela a seguir apresenta o índice de liquidez corrente da companhia:

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Ativo circulante (*)	3.085.840	2.777.779
Passivo circulante	2.533.207	2.243.570
Índice de liquidez corrente	**1,22**	**1,24**

(*) Total de ativo circulante, somado ao fundo exclusivo para cobertura de reserva técnica classificado como "Título disponível para venda no longo prazo" no montante de R$ 1.065.484 que a Companhia considera ter liquidez imediata.

7.6 TAXAS DE JUROS CONTRATADAS

As principais taxas de juros médias contratadas das aplicações financeiras, apresentadas a seguir:

	Taxas de juros % (a.a.)	
	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Equivalentes de caixa (*)	9,13	1,88
Fundos exclusivos		
NTNs B - IPCA	2,74	2,28
LFTs (SELIC + Ágio/Deságio)	0,18	0,09
Carteira própria		
NTNs B - IPCA	1,94	1,93

(*) Vide nota explicativa nº 6.

8. CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS

8.1 PRÊMIOS A RECEBER

	Dezembro de 2021			Dezembro de 2020		
	Prêmios a receber de segurados	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber - líquido	Prêmios a receber de segurados	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber - líquido
Automóveis	858.716	(4.067)	854.649	735.960	(2.681)	733.279
Resp. Civil facultativa - RCF	293.089	(1.740)	291.349	263.315	(777)	262.538
Assistência e outras coberturas - Auto	150.263	(391)	149.872	137.565	(49)	137.516
	1.302.068	**(6.198)**	**1.295.870**	**1.136.840**	**(3.507)**	**1.133.333**

8.1.1 COMPOSIÇÃO QUANTO AOS VENCIMENTOS

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
A vencer	1.162.955	1.039.718
Vencidos de 1 a 30 dias	108.016	77.931
Vencidos 31 a 60 dias	25.226	17.330
Vencidos 61 a 120 dias	4.133	1.034
Acima de 120 dias	1.738	827
	1.302.068	**1.136.840**
Redução ao valor recuperável	(6.198)	(3.507)
	1.295.870	**1.133.333**

8.1.2 MOVIMENTAÇÃO

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Saldo inicial	**1.133.333**	**984.402**
Prêmios emitidos	3.947.822	3.482.784
IOF	277.536	246.518
Adicional de fracionamento	34.163	38.811
Prêmios cancelados	(211.116)	(183.162)
Recebimentos	(3.883.177)	(3.432.951)
Provisão para riscos de créditos	(2.691)	(3.069)
Saldo final	**1.295.870**	**1.133.333**

continua

DocuSigned by:
O ESTADO DE SÃO PAULO
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 95615741872
Data/Hora da Assinatura: 02/03/2022 | 08:48:02 BRT
ICP Brasil
E1FD1C243A074BCC8CF482D829CD5368

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

DocuSign Envelope ID: 57F0163B-88F9-46F5-B20A-3B9D8918208B

AZUL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ/MF nº 33.448.150/0001-11

Sede: Avenida Rio Branco, 80 - 16º ao 20º andares - Centro - CEP: 20040-070 - Rio de Janeiro - RJ

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8.1.3 REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Saldo inicial	**3.507**	**438**
Provisões constituídas	52.895	19.401
Reversões e baixas	(50.204)	(16.332)
Saldo final	**6.198**	**3.507**

8.1.4 PRAZO MÉDIO DE PARCELAMENTO

Produto	Quantidade de parcelas	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
	1 a 4	49%	51%
Automóvel	5 a 10	52%	49%

9. TRIBUTOS

9.1 CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Imposto de renda e contribuição social diferidos - diferenças temporárias (i) (ii)	101.952	52.056
Imposto de renda	10.916	1.659
Outros	30	31
	112.898	**53.746**
Circulante	10.946	1.690
Não circulante	101.952	52.056

(i) Vide nota explicativa nº 9.2.3.
(ii) Vide nota explicativa nº 9.2.1.

9.2 TRIBUTOS DIFERIDOS

9.2.1 ATIVO

	Dezembro de 2020	Constituição	Reversão	Dezembro de 2021
Diferenças temporárias decorrentes de:				
Provisão sobre ajustes de instrumentos financeiros	–	43.797	–	43.797
PIS e COFINS sobre PSL e IBNR	19.487	6.343		25.830
Provisão para riscos de créditos e redução ao valor recuperável de salvados	10.256	1.422	–	11.678
Provisões não dedutíveis	5.767	3.122	(1.452)	7.437
Provisão para obrigações legais - PIS, COFINS e INSS.	6.465	–	–	6.465
Provisão de participação de lucros	7.274	24	(3.324)	3.974
Provisão fiscal - outras	2.034	9	–	2.043
Provisão para processos judiciais	773	229	(274)	728
	52.056	**54.946**	**(5.050)**	**101.952**

9.2.2 PASSIVO

	Dezembro de 2020	Constituição	Reversão	Dezembro de 2021
Natureza				
IR e CS diferidos s/propriedade para investimento	14.619	2.262	–	16.881
IR e CS sobre ajustes de instrumentos financeiros	9.239	7.408	(6.729)	9.918
IR e CS diferidos sobre PIS e COFINS	7.206	3.543	(1.007)	9.742
Imposto de renda e contribuição social sobre reavaliação de imóveis	2.638	–	(17)	2.621
	33.702	**13.213**	**(7.753)**	**39.162**

9.2.3 ESTIMATIVA DE REALIZAÇÃO

A estimativa de realização e o valor presente dos créditos tributários diferidos de diferenças temporárias de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, é:

	Valor
2022	64.708
2023	35.636
2024	216
2025	61
2026	1.146
Após 2026	185
Total - ativo	**101.952**
Valor presente (*)	**94.534**

(*) Para o ajuste a valor presente foi considerada a taxa SELIC do último dia de dezembro de 2021, líquida dos efeitos tributários.

Neste estudo é considerado a alíquota de imposto que vigerá em cada exercício futuro para analisar-se a realização do ativo de imposto diferido.

9.3 CONCILIAÇÃO DA DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL)	294.463	541.188
(–) Participações nos resultados	(27.268)	(23.429)
Lucro antes do IRPJ e da CSLL e após participações nos resultados (A)	**267.195**	**517.759**
Alíquota vigente (i)	40%	40%
Imposto de renda e contribuição social (à taxa nominal) (B)	**(106.878)**	**(207.104)**
Juros sobre o capital próprio	13.543	12.351
Inovação tecnológica (ii)	11.163	–
Incentivos fiscais	2.412	5.135
Outros	(5.279)	(4.672)
Total dos efeitos do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes (C)	**21.839**	**12.814**
Total de imposto de renda e contribuição social (D = B + C)	**(85.039)**	**(194.290)**
Taxa efetiva (D/A)	**31,8%**	**37,5%**

(i) A alíquota vigente até 30 de junho de 2021 era de 40%, (sendo 15% para CSLL) e no período entre 1° de julho de 2021 até 31 de dezembro de 2021, foi de 45% (sendo 20% para CSLL). Essa majoração foi sancionada pela lei nº 14.183/21 (conversão da Medida Provisória nº 1.034/21) que elevou temporariamente a alíquota da CSLL (de 15% para 20%) sobre o lucro das empresas de seguros.

(ii) Refere-se principalmente aos benefícios relacionados aos projetos vinculados à lei de incentivo à pesquisa e desenvolvimento de inovação tecnológica (Lei do Bem). Vide nota explicativa nº 1.2.

10. DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
COFINS (*)	31.040	30.683
Programa de Integração Social (PIS) (*)	15.913	15.838
Processos judiciais com adesão ao REFIS (*)	14.499	14.287
Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ)	6.377	6.240
Imposto sobre circulação de mercadoria e serviços	6.341	6.207
INSS - autônomos (*)	2.416	6.365
Outros depósitos cíveis, fiscais e trabalhistas	7.100	8.533
	83.686	**88.153**

(*) Vide nota explicativa nº 18(a).

11. OUTROS VALORES E BENS

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Bens à venda - salvados (i)	60.756	44.389
Direito a salvados - estimado (ii)	23.817	9.926
Almoxarifado	1.019	1.402
	85.592	**55.717**
Circulante	57.646	38.704
Não circulante	27.946	17.013

(i) Vide nota explicativa nº 11.1. (ii) Vide nota explicativa nº 11.2.

11.1 BENS À VENDA - SALVADOS (*)

Os salvados da Companhia são originados dos ramos de automóveis e possuem os seguintes prazos de permanência em estoque:

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Permanência até 30 dias	14.820	12.509
Permanência de 31 a 60 dias	21.166	14.991
Permanência de 61 a 120 dias	15.384	11.120
Permanência de 121 a 365 dias	16.626	15.230
Permanência acima de 365 dias	16.365	11.396
	84.361	**65.246**
Redução ao valor recuperável (*)	(23.605)	(20.857)
	60.756	**44.389**
Circulante	48.261	33.816
Não circulante	12.495	10.573

(*) Decorrentes, principalmente, de indenizações integrais em sinistros de automóveis, registrados pelo valor estimado de realização, com base em estudos históricos de recuperação.

11.2 DIREITO A SALVADOS - ESTIMADOS

A tabela a seguir apresenta a estimativa de realização e as realizações efetivas dos ativos de direito a salvados originados dos ramos de automóveis:

	Dezembro de 2021		Dezembro de 2020	
	Expectativa de realização	Efetivas realizações	Expectativa de realização	Efetivas realizações
1º mês	8.879	8,5%	3.366	9,1%
2º mês	3.904	51,4%	1.916	52,7%
3º mês	1.696	21,3%	1.149	20,4%
4º mês	1.134	6,9%	717	6,6%
5º mês	909	4,0%	446	4,2%
6º mês	760	2,1%	310	2,1%
7º mês	667	1,3%	226	1,4%
8º mês	602	0,8%	189	0,8%
9º mês	544	0,6%	160	0,5%
10º mês	490	0,5%	142	0,4%
11º mês	440	0,3%	128	0,3%
12º mês	407	0,3%	117	0,2%
13º ao 18º mês	1.679	1,1%	519	0,8%
19º ao 24º mês	928	0,6%	336	0,3%
25º ao 30º mês	601	0,2%	167	0,1%
31º ao 36º mês	177	0,1%	38	0,1%
	23.817	**100,0%**	**9.926**	**100,0%**
Circulante	8.366		3.486	
Não circulante	15.451		6.440	

12. CUSTO DE AQUISIÇÃO DIFERIDO (DAC)

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Automóvel	360.236	321.234
	360.236	**321.234**
Circulante	360.204	321.234
Não circulante	32	–

O prazo médio de diferimento dos custos de aquisição diferidos é de 12 meses, sendo o mesmo prazo de 31 de dezembro de 2020.

12.1 MOVIMENTAÇÃO

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Saldo inicial	**321.234**	**300.171**
Constituição	707.236	613.784
Apropriação para despesa	(668.234)	(592.721)
Saldo final	**360.236**	**321.234**

13. IMOBILIZADO

	Saldo residual em Dezembro de 2020	Movimentações: Aquisições	Baixas	Despesas de depreciação	Outros/ transferência	Dezembro de 2021: Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido	Taxas Anuais de Depreciação (%)
Terrenos	123.247	–	(1.975)	–	–	121.272	–	121.272	–
Edificações (*)	120.557	39	(971)	(2.828)	17	140.597	(23.782)	116.815	2,0
Imóveis de uso	**243.804**	**39**	**(2.946)**	**(2.828)**	**17**	**261.869**	**(23.782)**	**238.087**	**–**
Informática	2.891	4.197	(4)	(1.807)	–	17.527	(12.251)	5.276	20,0
Móveis máq. e utensílios	853	1	(76)	(131)	–	3.127	(2.480)	647	10,0
Outras Imobilizações	809	70	(5)	(201)	–	2.753	(2.080)	673	10,0 a 50,0
Bens móveis de uso	**4.553**	**4.268**	**(85)**	**(2.139)**	**–**	**23.407**	**(16.811)**	**6.596**	**–**
Outras Imobilizações	18	–	–	(2)	(16)	–	–	–	–
Outras imobilizações	**18**	**–**	**–**	**(2)**	**(16)**	**–**	**–**	**–**	**–**
	248.375	**4.307**	**(3.031)**	**(4.969)**	**1**	**285.276**	**(40.593)**	**244.683**	**–**

(*) Para este item foi utilizada taxa média ponderada.

14. CONTAS A PAGAR

14.1 OBRIGAÇÕES A PAGAR

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Transações com partes relacionadas (*)	35.977	36.675
Participação nos lucros a pagar	23.758	26.467
Provisão de benefícios a empregados	3.536	1.520
Outras obrigações	4.116	2.340
	67.387	**67.002**
Circulante	63.851	65.482
Não circulante	3.536	1.520

(*) Vide nota explicativa nº 28.

14.2 IMPOSTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
IOF	88.026	77.338
INSS e FGTS	2.071	2.247
Impostos sobre serviços retidos	1.626	1.102
Imposto de renda retido na fonte	1.060	1.024
Outros	8.229	6.552
	101.012	**88.263**

15. DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS - CORRETORES DE SEGUROS E RESSEGUROS

Referem-se a comissões a pagar aos corretores por ocasião da cobrança de títulos e as recuperações relativas aos prêmios restituídos.

16. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

Referem-se, principalmente, a valores recebidos de segurados para quitação de apólices em processo de emissão e de recebimentos de prêmios de seguros fracionados em processamento. Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, o prazo médio de permanência dos saldos nesta conta era de até 30 dias.

	De 1 a 30 dias	De 2 a 6 meses	Total
Prêmios e emolumentos recebidos	3.848	–	3.848
Cobrança antecipada de prêmios	496	19	515
Total 31 de dezembro de 2021	**4.344**	**19**	**4.363**
Total 31 de dezembro de 2020	**17.356**	**23**	**17.379**

17. PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS

	Dezembro de 2021: Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Dezembro de 2020: Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Provisão de prêmios não ganhos	1.967.502	1.967.502	1.767.382	1.767.382
Sinistros e benefícios a liquidar	443.780	438.901	336.579	332.656
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	32.690	32.690	28.382	28.382
Demais provisões	18.950	18.950	16.085	16.086
Total	**2.462.922**	**2.458.043**	**2.148.428**	**2.144.506**
Circulante	2.286.740		1.993.728	
Não circulante	176.182		154.700	

Como conclusão do TAP realizado nas datas-bases de 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, não foram encontradas insuficiências em nenhum dos produtos da Companhia (vide nota explicativa nº 2.14.2).

17.1 MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO DE CONTRATOS DE SEGURO E ATIVO DE RESSEGURO

	Passivos de contratos de seguros	Ativos de contratos de resseguros
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**2.236.505**	**3.541**
Constituições decorrentes de prêmios	3.277.979	–
Diferimento pelo risco decorrido	(3.222.800)	–
Aviso de sinistros	1.956.934	(241)
Pagamento de sinistros/benefícios	(1.932.281)	(2)
Atualização monetária e juros	13.504	624
Outras (constituição/reversão) (*)	(181.413)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**2.148.428**	**3.922**
Constituições decorrentes de prêmios	3.710.398	–
Diferimento pelo risco decorrido	(3.510.279)	–
Aviso de sinistros	2.532.793	(5)
Pagamento de sinistros/benefícios	(2.436.623)	(14)
Atualização monetária e juros	18.205	976
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**2.462.922**	**4.879**

(*) A Circular SUSEP 596/20 dispõe sobre a criação de contas para o registro contábil da operação do Consórcio DPVAT nas empresas consorciadas, que até dezembro de 2019, eram tratados como cosseguro e a partir de 1° de janeiro de 2020, o registro das operações do Consórcio DPVAT passou a ser reconhecido no resultado líquido, ocorrendo a reversão das respectivas provisões técnicas.

17.2 GARANTIAS DAS PROVISÕES TÉCNICAS

De acordo com as normas vigentes, foram vinculados à SUSEP os seguintes ativos:

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Total das provisões técnicas (A)	**2.462.922**	**2.148.428**
Direitos creditórios (i)	1.070.288	957.371
Custos de aquisição diferidos pagos	309.834	150.415
Operações com resseguradoras	4.879	3.922
Total de ativos redutores da necessidade de cobertura (B)	**1.385.001**	**1.111.708**
Necessidade de cobertura das provisões técnicas (C = A - B)	**1.077.921**	**1.036.720**
Necessidade de ativos líquidos (ii) (D)	**–**	**135.436**
Títulos de renda fixa - públicos	1.065.484	1.100.018
Quotas de fundos de investimento	153.434	138.119
Total de ativos oferecidos em garantia (E)	**1.218.918**	**1.238.137**
Excedente (E - C - D)	**140.997**	**65.981**

(i) Montante correspondente às parcelas a vencer dos prêmios a receber de apólices de riscos a decorrer.

(ii) A Resolução CNSP nº 432, de 12 de novembro de 2021 revogou a necessidade das supervisionadas da SUSEP de apresentarem ativos líquidos superiores a 20% do Capital de Risco.

17.3 COMPORTAMENTO DA PROVISÃO DE SINISTROS

A tabela a seguir apresenta o comportamento das provisões (brutas de resseguro) para sinistros da Companhia (em anos posteriores aos anos de constituição, em R$ milhões), denominada tábua de desenvolvimento de sinistro e demonstra a consistência da política de provisionamento de sinistros da Companhia:

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Dezembro 2021
Montante estimado de sinistro no ano do aviso	193,7	220,2	236,1	264,9	299,3	302,3	332,9	364,2	476,5
Um ano mais tarde	179,0	215,0	230,2	265,1	256,3	285,9	315,5	277,5	–
Dois anos mais tarde	189,6	227,9	252,1	251,5	279,8	296,6	307,1	–	–
Três anos mais tarde	193,5	254,7	238,0	271,9	286,0	291,6	–	–	–
Quatro anos mais tarde	223,8	240,4	257,1	274,8	283,3	–	–	–	–
Cinco anos mais tarde	211,7	258,1	258,7	272,4	–	–	–	–	–
Seis anos mais tarde	229,0	258,6	256,6	–	–	–	–	–	–
Sete anos mais tarde	228,6	257,3	–	–	–	–	–	–	–
Oito anos mais tarde	228,5	–	–	–	–	–	–	–	–
Estimativa corrente	**228,5**	**257,3**	**256,6**	**272,4**	**283,3**	**291,6**	**307,1**	**277,5**	**476,5**
Pagamentos acumulados até a data-base	**(204,5)**	**(228,7)**	**(221,9)**	**(230,4)**	**(233,5)**	**(233,3)**	**(236,3)**	**(188,4)**	**–**
Total	**3,8**	**4,6**	**6,1**	**7,3**	**7,8**	**8,5**	**12,5**	**18,3**	**387,4**
PSL e IBNR reconhecidas no balanço									**476,5**

17.4 PROVISÃO DE SINISTROS A LIQUIDAR - JUDICIAL

A tabela a seguir demonstra a movimentação dos sinistros judiciais:

	Dezembro de 2021: Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Dezembro de 2020: Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Saldo inicial	**73.324**	**69.416**	**61.894**	**58.367**
Total pago no exercício	(26.561)	(26.547)	(24.636)	(24.636)
Novas constituições no exercício	1.304	1.304	1.995	1.995
Baixas da provisão por êxito	(978)	(978)	(10.597)	(10.597)
Alteração da provisão por alteração de estimativas ou probabilidades	23.526	22.555	32.288	31.907
Alteração da provisão por reestimativa, atualização monetária e juros (*)	18.053	18.053	12.380	12.380
Saldo final	**88.668**	**83.803**	**73.324**	**69.416**
Quantidade de processos	2.502		2.310	

(*) De acordo com a taxa de atualização monetária dos débitos judiciais do Tribunal de Justiça de São Paulo.

18. OUTROS DÉBITOS - PROVISÕES JUDICIAIS

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais, de naturezas tributária, trabalhista e cível. As provisões decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião do departamento jurídico da Companhia e de seus consultores externos. Contudo existem incertezas na determinação da probabilidade de perda das ações, no valor esperado de saída de caixa e no prazo final destas saídas.

	Fiscais (a)	Trabalhistas (c)	Cíveis (d)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**71.876**	**779**	**2.103**	**74.758**
Constituições	–	–	787	787
Enc. êxito/reversões	(1.876)	(332)	4	(2.204)
Pagamentos (*)	(4.054)	–	(513)	(4.567)
Atualização monetária	953	(353)	296	896
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**66.899**	**94**	**2.677**	**69.670**
Quantidade de processos	18	5	86	109

(*) Para contingências fiscais refere-se ao processo do REFIS (vide item (a)(v)).

(a) PROVISÃO PARA PROCESSOS FISCAIS

As ações judiciais de natureza fiscal (tributária), quando classificadas como obrigações legais, são objeto de constituição de provisão independentemente de sua probabilidade de perda. As demais ações judiciais fiscais são provisionadas, quando a classificação de risco de perda seja provável. Segue a composição destes processos por natureza:

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
COFINS (i)	31.263	30.900
PIS (ii)	14.448	16.153
REFIS (v)	11.001	10.839
INSS - autônomos (iii)	2.416	6.365
Contribuição social - dedutibilidade base imposto (iv)	1.111	1.103
Outras	6.660	6.516
	66.899	**71.876**

continua

DocuSigned by:
O ESTADO DE SÃO PAULO
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 95615741872
Data/Hora da Assinatura: 02/03/2022 | 08:48:12 BRT
ICP Brasil
E1FD1C243A074BCC8CF482D829CD5368

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

DocuSign Envelope ID: 57F0163B-88F9-46F5-B20A-3B9D8918208B

AZUL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ/MF nº 33.448.150/0001-11

Sede: Avenida Rio Branco, 80 - 16º ao 20º andares - Centro - CEP: 20040-070 - Rio de Janeiro - RJ

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(i) COFINS

Com o advento da Lei nº 9.718/98, as companhias de seguros e de previdência complementar, entre outras, ficaram sujeitas ao recolhimento da COFINS, incidente sobre suas receitas à alíquota de 4% após a promulgação da Lei 10.684/03. A Companhia questiona judicialmente essa tributação, bem como a base de cálculo fixada pela Lei 9.718 que conceituou faturamento como equivalente a receita bruta.

Na ação movida pela Companhia, atualmente aguarda-se o julgamento dos Embargos de Declaração opostos em sede de Recurso Extraordinário interposto pela Sociedade.

(ii) PIS

A Companhia discute a exigibilidade da contribuição ao PIS, instituída nos termos das Emendas Constitucionais nº 01/94, nº 10/96 e nº 17/97, as quais alteraram a base de cálculo e a alíquota da contribuição, que passou a incidir sobre a receita bruta operacional, e da Lei nº 9.718/98, cuja contribuição passou a incidir sobre a receita bruta, independentemente da classificação contábil.

No caso da Emenda Constitucional nº 01/94, aguarda-se julgamento do Recurso Extraordinário interposto pela União.

No caso da Emenda Constitucional nº 10/96, aguarda-se julgamento do Recurso Extraordinário interposto pela Sociedade.

Com relação à Emenda Constitucional nº 17/97, aguarda-se cumprimento de sentença com relação ao depósito da competência de fevereiro/98.

Relativamente à Lei nº 9.718/98, aguarda-se o julgamento dos Recursos Especial e Extraordinário interpostos pela União, sendo que o Recurso Extraordinário foi sobrestado até o julgamento do RE nº 400.479 e do Agravo de Instrumento nº 732.247.

(iii) INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (INSS) AUTÔNOMOS

Na ação que discute a LC 84/96, e na ação que discute a Lei 9.876/99, movidas pela Companhia, houve adesão ao programa de parcelamento de débito da Lei nº 11.941/09, relativo à discussão da incidência sobre a comissão dos corretores, prosseguindo somente com a discussão em relação ao adicional de 2,5%, que atualmente aguarda o julgamento do Recurso Extraordinário interposto pela Sociedade.

(iv) CSLL

A Sociedade Rio Branco, incorporada pela Companhia, foi autuada pela Secretaria da Receita Federal pelo não recolhimento da CSLL no período de 1992 a 2000. A Companhia discute administrativamente a aplicação desse auto de infração, uma vez que possui decisão transitada em julgado que lhe confere o direito de não recolher a referida contribuição. Atualmente aguarda-se o julgamento dos Recursos Especiais interpostos pela União e pela Companhia, em face de decisão que deu parcial provimento ao Recurso Voluntário.

(v) REFIS

A Companhia aderiu ao programa de recuperação fiscal (REFIS) nos anos de 2013 e 2014, para diversas ações que discutia judicialmente e atualmente aguarda a conversão em renda e/ou levantamento dos valores envolvidos e o respectivo trânsito em julgado dos processos.

(b) CONTINGÊNCIAS FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

A Companhia é parte em outras ações de natureza fiscal e previdenciária que não são classificadas como obrigações legais e por serem classificados com perda possível, não são provisionadas. O risco total estimado dessas ações totaliza R$ 155.123 (R$ 100.533 de possível impacto no lucro líquido). As principais referem-se à: (i) Discussão junto à Receita Federal do Brasil quanto a não inclusão de determinadas receitas financeiras na base de cálculo do PIS e COFINS, com o risco total estimado em R$ 98.323 (R$ 68.620 de possível impacto no lucro líquido); (ii) Discussão do INSS sobre participação nos lucros e resultados e tem seu risco total estimado em R$ 27.505 (R$ 15.399 de possível impacto no lucro líquido).

(c) PROVISÃO PARA PROCESSOS E CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS

A Companhia é parte em ações de natureza trabalhista. Os pedidos mais frequentes referem-se a horas extras, reflexo das horas extras, verbas rescisórias, equiparação salarial e descontos indevidos. A probabilidade desses processos judiciais está classificada como perda provável. O prazo médio para o desfecho das ações trabalhistas na Companhia é de 30 meses.

Adicionalmente às provisões registradas existem passivos contingentes, com os mesmos tipos de pedidos das ações provisionadas, no montante de R$ 40 (R$ 25 em dezembro de 2020) para os quais, com base na avaliação dos advogados da Companhia (perda possível), não há constituição de provisão. Apesar das incertezas envolvidas na determinação dessas obrigações, a Administração não espera que haja efeitos significativos no resultado da Companhia pelo desfecho destas ações.

(d) PROVISÃO PARA PROCESSOS E CONTINGÊNCIAS CÍVEIS

A Companhia é parte integrante em processos de natureza cível. Os pedidos mais frequentes referem-se a danos morais, materiais, corporais e sucumbência. A probabilidade desses processos judiciais está classificada como perda provável e o prazo médio para o desfecho das ações cíveis na Companhia é de 30 meses.

Adicionalmente às provisões registradas existem passivos contingentes, em dezembro de 2021, com os mesmos tipos de pedidos das ações provisionadas, no montante em riscos de R$ 7.832 (R$ 8.410 em dezembro de 2020) para os quais, com base na avaliação dos advogados da Companhia, as perdas são consideradas possíveis, não havendo constituição de provisão para esses processos. Apesar das incertezas envolvidas na determinação dessas obrigações, a Administração não espera que haja efeitos significativos no resultado da Companhia pelo desfecho destas ações.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2021 o capital social subscrito e integralizado era de R$ 674.578, dividido em 1.722 (unidades) ações ordinárias nominativas escriturais e sem valor nominal.

As AGEs realizadas em 30 de agosto, 29 de outubro e 28 de dezembro de 2021 deliberaram aumento de capital social no montante de R$ 20.000, R$ 100.000 e R$ 51.000, respectivamente, e aguardam aprovação pela SUSEP.

(b) AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

Os ajustes de avaliação patrimonial da Companhia referem-se, principalmente, a variação do valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda, líquidos dos efeitos tributários (vide nota explicativa nº 7.2).

(c) RESERVAS DE REAVALIAÇÃO

Constituída em exercícios anteriores em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado com base em laudos de avaliação, emitidos por peritos especializados. A realização dessa reserva, proporcional à depreciação dos bens reavaliados, foi transferida para lucros acumulados no período no montante de R$ 21 em 31 de dezembro de 2021 (R$ 20 em 31 de dezembro de 2020). Esse valor será considerado para cálculo de dividendos mínimos obrigatórios.

A Administração decidiu pela manutenção dos saldos existentes da reserva de reavaliação até a efetiva realização, conforme previsto na Lei nº 11.638/07.

(d) RESERVAS DE LUCROS

(i) Reserva legal

A reserva legal, constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2021, seu saldo era de R$ 94.370 (R$ 85.262 em 31 de dezembro de 2020).

(ii) Reservas Estatutárias

Esta reserva tem como finalidade a compensação de eventuais prejuízos ou aumento do capital social, de modo a preservar a integridade do patrimônio social e a participação da Companhia em suas controladas ou futura distribuição aos acionistas. Poderá ser destinado a essa reserva, em cada exercício, o saldo remanescente do lucro líquido após a constituição da reserva legal e da distribuição do dividendo mínimo obrigatório, ressalvadas as hipóteses em que a Administração considere o montante dessa reserva suficiente para o atendimento de suas finalidades, casos em que, em determinado exercício, seja integral ou parcialmente, distribuído aos acionistas ou revertido para aumento de capital. O limite dessa reserva será o valor do capital social. Em 31 de dezembro de 2021, seu saldo era de R$ 225.330 (R$ 165.608 em 31 de dezembro de 2020).

(e) DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

De acordo com o estatuto social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido do exercício ajustado. O pagamento dos dividendos obrigatórios poderá ser limitado ao montante do lucro líquido que tiver sido realizado nos termos da lei. O pagamento de Juros sobre o Capital Próprio - JCP (líquido dos efeitos tributários) é imputado aos dividendos mínimos obrigatórios. A provisão relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório será constituída na data em que for aprovada, antes disso será mantida no patrimônio líquido, conforme apresentado na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

A Administração da Companhia aprovou, nas reuniões de diretoria, realizadas em 29 de julho de 2021 e 29 de outubro de 2021, a distribuição a seus acionistas de JCP no valor de R$ 28.780 (R$ 26.245 em dezembro de 2020), líquidos de imposto de renda, pagos na mesma data de aprovação.

A Administração da Companhia aprovou entre os meses de janeiro a julho de 2021, a distribuição de dividendos intermediários, no montante de R$ 65.000, à conta de reservas de lucros existentes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020. Os dividendos foram pagos nos meses da data de aprovação. Adicionalmente, no mês de dezembro de 2021, a Diretoria da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intermediários no montante de R$ 12.355, à conta de dividendos antecipados do exercício.

Os dividendos mínimos foram calculados como seguem:

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Lucro líquido do exercício	182.156	323.469
(–) Reserva legal - 5%	(9.108)	(16.174)
Realização da reserva de reavaliação	21	20
Lucro básico para determinação do dividendo	**173.069**	**307.315**
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	**43.267**	**76.829**
JCP distribuído - líquido (*)	28.779	26.245
Dividendos intermediários	14.488	110.831
Total de dividendos e JCP	**43.267**	**137.076**
Total por ação (R$)	**25,12602**	**96,66855**

(*) Em 31 de dezembro de 2021, no montante de R$ 33.859 destacado na DMPL, está incluso R$ 5.079, referente ao imposto de renda retido na fonte (15%) sobre JCP.

(f) DEMONSTRAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO AJUSTADO (PLA) E CAPITAL MÍNIMO REQUERIDO (CMR) (*)

	Dezembro de 2021
Patrimônio líquido	**950.737**
(+/–) Ajustes contábeis	**(45.501)**
Participação em sociedades	(137)
Despesas antecipadas	(5.266)
Ativos intangíveis	(40.098)
(+/–) Ajustes associados à variação dos valores econômicos	**155.661**
Valor de mercado - ativos mantidos até o vencimento	(4.856)
Superávit entre provisões e fluxo realista de prêmios/ cont. registradas	160.517
PLA de nível 1	**536.497**
PLA de nível 2	**160.517**
PLA de nível 3	**363.884**
(–) Ajustes do excesso de PLA de nível 2 e PLA de nível 3	(248.630)
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	**812.268**
Capital base (I)	**15.000**
Capital de risco (II)	**768.358**
Capital de risco de subscrição	717.943
Capital de risco de mercado	49.932
Capital de risco de crédito	24.657
Capital de risco operacional	23.519
Efeito da correlação entre os capitais de risco	(47.693)
Capital mínimo requerido (maior entre I e II)	**768.358**
Suficiência de capital	**43.910**

(*) A Resolução CNSP nº 432, de 12 de novembro de 2021, determinou a demonstração do PLA segregado em 3 (três) níveis de qualidade, respeitados os limites regulatórios para utilização de cada nível na cobertura do CMR.

(g) REMUNERAÇÕES EM AÇÕES

A Companhia possui um plano de pagamento de remuneração em ações de sua Controladora Porto Seguro S.A elegíveis aos diretores estatutários da Companhia como parte de sua remuneração variável anual.

O objetivo do plano é promover o alinhamento de longo prazo entre os interesses dos administradores e dos acionistas, da Companhia; o comprometimento, por parte dos administradores, com a obtenção de resultados sustentáveis para a Companhia; e a criação de valor para os acionistas.

Diante desse plano, a remuneração variável anual devida aos diretores passará a ser paga, em parte, em ações, nos termos do plano e do contrato de outorga, conforme o cronograma de implementação a seguir:

i) Exercício social base de 2018 (remuneração variável aprovada em 2019): 7,50% (sete e meio por cento) da remuneração variável dos diretores será paga em Ações;

ii) Exercício social base de 2019 (remuneração variável aprovada em 2020): 15,00% (quinze por cento) da remuneração variável dos diretores será paga em Ações;

iii) Exercício social base de 2020 (remuneração variável aprovada em 2021): 22,50% (vinte e dois e meio por cento) da remuneração variável dos diretores será paga em Ações; e

iv) Exercício social base de 2021 (remuneração variável aprovada em 2022) e exercícios sociais subsequentes: 30,00% (trinta por cento) da remuneração variável dos diretores será paga em Ações.

O plano não altera os parâmetros atuais de cálculo e pagamento de remuneração variável aos direitos, mas tão somente modifica a forma de pagamento, que, em parte, deixa de ser em dinheiro e de forma imediata, e passa a ser em ações de emissão da Controladora Porto Seguro S.A., as quais apenas serão transferidas/outorgadas aos diretores após o período de "vesting" (3 anos) posteriores ao exercício base para a determinação da remuneração variável, ou do desligamento do diretor, desde que cumprida todas as condições previstas no plano e no respectivo contrato de outorga. A liquidação desse plano é feita mediante entrega de ações PSSA mantidas em tesouraria.

A movimentação do plano de remuneração em ações está demonstrada a seguir:

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**2.315**	**616**
Diferimento de "vesting" do período	3.058	1.699
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**5.373**	**2.315**
Valor de mercado médio ponderado (R$)	**53,45**	**59,92**

		Quantidade
	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Saldo inicial	**38.902**	**11.815**
Diferimento de "vesting" do período	68.662	27.087
Saldo final	**107.564**	**38.902**

20. PRÊMIOS, SINISTRALIDADE E COMISSIONAMENTO

			Dezembro de 2021	
	Prêmios emitidos	Prêmios ganhos	Índice de sinistralidade (%)	Índice de comissionamento (%)
Automóveis	2.441.394	2.304.096	59,9	25,1
Resp. Civil Facultativa	841.967	799.680	55,3	19,1
Assistência e outras coberturas auto	427.037	406.503	68,4	19,8
	3.710.398	**3.510.279**	**59,8**	**23,1**

			Dezembro de 2020	
	Prêmios emitidos	Prêmios ganhos	Índice de sinistralidade (%)	Índice de comissionamento (%)
Automóveis	2.187.055	2.217.589	48,9	24,2
Resp. Civil Facultativa	714.428	651.270	54,6	18,3
Assistência e outras coberturas auto	376.496	353.941	66,9	19,0
	3.277.979	**3.222.800**	**52,0**	**22,4**

21. VARIAÇÕES DAS PROVISÕES TÉCNICAS DE PRÊMIOS

	Dezembro de 2021		Dezembro de 2020	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Provisão de prêmios não ganhos	(190.173)	(190.173)	(60.566)	(60.566)
Provisão de riscos não expirados	(9.946)	(9.946)	5.387	5.387
	(200.119)	**(200.119)**	**(55.179)**	**(55.179)**

22. SINISTROS OCORRIDOS

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Sinistros avisados - ADM	(2.306.109)	(1.775.477)
Porto Socorro	(196.848)	(153.985)
Sinistros avisados - JUD	(21.464)	(23.444)
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	(12.378)	1.565
Ressarcimentos	29.828	23.804
Salvados	464.620	315.885
Outras despesas com sinistros (*)	(58.513)	(62.849)
	(2.100.864)	**(1.674.501)**

(*) Inclui despesas com regulação de sinistro (despachante, vistoria, serviços de terceiros, etc).

23. CUSTOS DE AQUISIÇÃO (*)

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Comissões sobre prêmios retidos	(708.970)	(612.165)
Outras despesas de comercialização	(141.764)	(132.277)
Variação das despesas de comercialização diferidas	39.002	21.063
	(811.732)	**(723.379)**

(*) Inclui a amortização dos custos de aquisição diferidos (vide nota explicativa nº 12) e as despesas de comercialização não diferidas.

24. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Receitas com operações de seguros	4.882	4.071
Total de outras receitas	**4.882**	**4.071**
Despesas com serviços de assistência	(39.711)	(38.116)
Despesas com cobrança	(20.661)	(24.138)
Despesas com sistema de riscos	(14.455)	(18.030)
Despesas com encargos sociais	(7.478)	(7.543)
Provisão de desvalorização de salvados	(2.759)	(10.048)
Outras	(7.006)	(4.585)
Total de outras despesas	**(92.070)**	**(102.460)**
Outras receitas e despesas operacionais	**(87.188)**	**(98.389)**

25. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Despesas recuperadas (*)	(199.861)	(177.314)
Pessoal e benefícios pós-emprego	(64.464)	(57.975)
Serviços de terceiros	(36.269)	(32.374)
Localização e funcionamento	(22.348)	(23.379)
Outras	(4.597)	(7.023)
	(327.539)	**(298.065)**

(*) Referem-se a rateio e repasses de gastos com recursos de uso comum pelas empresas do grupo Porto Seguro (vide nota explicativa nº 28).

26. DESPESAS COM TRIBUTOS

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
COFINS	(58.224)	(66.454)
PIS	(7.849)	(10.775)
Outras	(4.095)	(3.977)
	(70.168)	**(81.206)**

27. RESULTADO FINANCEIRO

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Juros de títulos disponíveis para a venda	131.287	120.579
Adicional de fracionamento de prêmios	34.163	38.811
Ganhos na valorização e juros de títulos para negociação	20.876	46.872
Outras	3.978	17.548
Total de receitas financeiras	**190.304**	**223.810**
Operações de seguros	(18.205)	(13.504)
Variações monetárias de encargos sobre tributos a longo prazo	(170)	(1.698)
Outras	1.277	(15.292)
Total de despesas financeiras	**(17.098)**	**(30.494)**
Resultado financeiro	**173.206**	**193.316**

28. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias compatíveis às praticadas com terceiros, vigentes nas respectivas datas.

As principais transações são:

(i) Despesas administrativas repassadas pela utilização da estrutura física e de pessoal para Porto Cia.;

(ii) Prestação de serviços de "Call Center" contratados da Porto Atendimento;

(iii) Prestação de serviços de monitoramento efetuado pela Proteção e Monitoramento;

(iv) Convênio de utilização do meio de pagamento cartão de crédito com a Portoseg.

Os saldos a receber e a pagar por transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Ativo		
Portoseg	601.971	459.973
	601.971	**459.973**
Passivo		
Porto Cia.	35.977	36.675
	35.977	**36.675**

		Despesas
	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Demonstração do resultado		
Porto Cia.	(354.963)	(338.529)
Porto Atendimento	(14.189)	(12.634)
Portoseg	(4.280)	(3.192)
Outros	(1.853)	(1.952)
	(375.285)	**(356.307)**

28.1 TRANSAÇÕES COM PESSOAL-CHAVE

As transações com pessoal-chave da Administração, referem-se aos valores reconhecidos no resultado do período, conforme demonstrado a seguir:

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Participação nos lucros - administradores	19.072	19.169
Honorários de diretoria e encargos	853	560
	19.925	**19.729**

29. OUTRAS INFORMAÇÕES

(a) Comitê de Auditoria

O Relatório do Comitê de Auditoria foi publicado em conjunto com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021 da Porto Seguro S.A. A atuação do Comitê de Auditoria da Companhia abrange todas as Sociedades do grupo Porto Seguro, sendo exercida a partir da Porto Seguro S.A., Companhia aberta, detentora do controle das Sociedades que integram o grupo.

(b) Composição Acionária (*)

Azul Companhia de Seguros Gerais	**Participação**
Porto Seguro S.A.	67,8%
Porto Seguro Cia. de Seguros Gerais	32,2%
Porto Seguro Cia. de Seguros Gerais	**Participação**
Porto Seguro S.A.	100,0%
Porto Seguro S.A.	**Participação**
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.	70,8%
Ações em circulação	29,2%
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.	**Participação**
Pares Empreendimentos e Participações S.A.	41,1%
Itauseg Participações S.A.	23,1%
Itaú Unibanco S.A.	19,1%
Rosag Empreendimentos e Participações S.A.	15,8%
Jayme Brasil Garfinkel	0,2%
Outros	0,8%
Pares Empreendimentos e Participações S.A.	**Participação**
Jayme Brasil Garfinkel	32,9%
Cleusa Campos Garfinkel	30,5%
Ana Luiza Campos Garfinkel	18,3%
Bruno Campos Garfinkel	18,3%
Rosag Empreendimentos e Participações S.A.	**Participação**
Jayme Brasil Garfinkel	100,0%
Itauseg Participações S.A.	**Participação**
Itaú Unibanco S.A.	62,4%
Banco Itaucard S.A.	26,4%
Banco Itaú BBA S.A.	11,2%
Itaú Unibanco S.A.	**Participação**
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0%
Banco Itaucard S.A.	**Participação**
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0%
Banco Itaú BBA S.A.	**Participação**
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0%
Itaú Unibanco Holding S.A.	**Participação**
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	51,7%
Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.	39,2%
Outros	9,1%
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	**Participação**
Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.	50,0%
Cia. e Johnston de Participações	50,0%
Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.	**Participação**
Alfredo Egydio Arruda Villela Filho	12,7%
Ana Lucia de Mattos Barretto Villela	12,7%
Fundação Itaú Social	11,7%
Rudric ITH S.A.	8,3%
Fundação Fahz	15,4%
Outros	39,3%
Cia. e Johnston de Participações	**Participação**
Pedro Moreira Salles	31,0%
Fernando Roberto Moreira Salles	31,0%
João Moreira Salles	19,0%
Walther Moreira Salles	19,0%

(*) Participações nas ações ordinárias.

continua

DocuSigned by:
O ESTADO DE SÃO PAULO
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 95615741572
Data/Hora da Assinatura: 02/03/2022 | 08:48:23 BRT
ICP Brasil
E1FD1C243A074BCC8CF482D829CD5368

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

DocuSign Envelope ID: 57F0163B-88F9-46F5-B20A-3B9D8918208B

AZUL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ/MF nº 33.448.150/0001-11

Sede: Avenida Rio Branco, 80 - 16º ao 20º andares - Centro - CEP: 20040-070 - Rio de Janeiro - RJ

continuação

DIRETORIA

ROBERTO DE SOUZA SANTOS
Diretor Presidente

MARCELO BARROSO PICANÇO
Diretor Vice-Presidente - Seguros

CELSO DAMADI
Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos

LENE ARAÚJO DE LIMA
Diretor Vice-Presidente Corporativo e Institucional

JOSÉ RIVALDO LEITE DA SILVA
Diretor Vice-Presidente Comercial e Marketing

MARCOS ROBERTO LOUÇÃO
Diretor Vice-Presidente Negócios Financeiros e Serviços

FABIO OHARA MORITA
Diretor Técnico

GILMAR PIRES RODRIGUES
Diretor de Produto - Automóvel

EVA VAZQUEZ MONTENEGRO MIGUEL
Diretora de Produção

LUIZ FELIPE MILAGRES GUIMARÃES
Diretor de Clientes e Digital

TIAGO VIOLIN
Diretor Financeiro

ADRIANA PEREIRA CARVALHO SIMÕES
Diretora Jurídica e Riscos

RAFAEL VENEZIANI KOZMA
Diretor de Controladoria

BRÁULIO FELICÍSSIMO DE MELO - Atuário - MIBA nº 1588

DANIELE GOMES YOSHIDA - Contadora - CRC SP 255783/O-1

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

Azul Companhia de Seguros Gerais

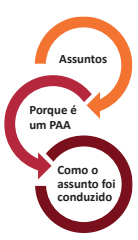
Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Azul Companhia de Seguros Gerais ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Azul Companhia de Seguros Gerais em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Mensuração das provisões técnicas de contratos de seguros (PSL, IBNR e IBNeR - Notas 2.14 e 17)	
A Companhia possui obrigações decorrentes de seus contratos de seguros que estão registrados na rubrica "Provisões Técnicas - Seguros" nas demonstrações financeiras, com destaque para: (i) sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR), (ii) sinistros ocorridos e não suficientemente avisados (IBNeR) e (iii) sinistros a liquidar (PSL).	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a atualização do entendimento do desenho dos controles relevantes referentes a reconciliação dos saldos contábeis com os relatórios operacionais, avaliação e aprovação das premissas e cálculos das provisões técnicas de contratos de seguros da Companhia.
A determinação dos valores dessas provisões técnicas de contratos de seguros envolve julgamento da Administração na elaboração de metodologias e premissas para mensuração do desenvolvimento de sinistros incorridos e de prêmios emitidos. A Companhia deve detalhar a metodologia e as premissas consideradas no cálculo das provisões técnicas em Nota Técnica Atuarial.	Efetuamos também, o confronto dos registros de sinistros, utilizados nos cálculos das provisões técnicas, com os saldos contábeis, testes documentais das contas de sinistros ocorridos, sinistros pendentes a liquidar, judiciais e administrativos, com o objetivo de comprovar a existência, ocorrência, bem como o respectivo valor contabilizado da amostra selecionada.
Em nossa auditoria, consideramos essa uma área de foco pelo nível de subjetividade das premissas e relevância dessas provisões nas demonstrações financeiras.	Adicionalmente, com o apoio de nossos especialistas efetuamos procedimentos para observar a consistência das metodologias de cálculo e suas correspondentes implementações de acordo com as notas técnicas atuariais, bem como a razoabilidade das principais premissas atuariais de sinistros incorridos consideradas pela Administração na mensuração dos cálculos das provisões técnicas, com destaque para o IBNR, IBNeR e PSL. Também, realizamos testes de consistência históricos, bem como testes quanto ao recálculo independente do IBNR e do IBNeR.

Consideramos que as metodologias e premissas utilizadas na determinação dessas provisões técnicas, bem como os controles de aprovação das notas técnicas atuariais e os cálculos são razoáveis e consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.

Ambiente de Tecnologia da Informação

A Companhia é dependente de estrutura de tecnologia para registro e processamento de transações de suas operações e, consequentemente, elaboração das demonstrações financeiras.

Para a operacionalização de seus negócios, são utilizados diversos sistemas aplicativos para o registro e processamento de informações em complexo ambiente tecnológico, requerendo relevantes investimentos em ferramentas, processos e controles para a adequada manutenção e desenvolvimento de sistemas e segurança.

A avaliação da efetividade dos controles é determinante no processo de auditoria para a definição da abordagem pretendida necessária. Os riscos inerentes relacionados aos processos tecnológicos podem, eventualmente, ocasionar registro e processamento incorreto de informações críticas utilizadas para a elaboração das demonstrações financeiras da Companhia. Por essa razão, consideramos uma área de foco em nossa auditoria.

Como parte dos nossos procedimentos de auditoria, com o auxílio de nossos especialistas, atualizamos o entendimento do ambiente de Tecnologia da Informação e a avaliação, por meio de uma combinação de testes de controles relevantes e testes documentais, com o objetivo de observar a implementação e a efetividade operacional dos controles relativos à segurança da informação, desenvolvimento e manutenção de sistemas e operacionalização do ambiente tecnológico dos sistemas aplicativos relevantes para a preparação das demonstrações financeiras da Companhia.

Os procedimentos de auditoria aplicados no ambiente de controles de Tecnologia da Informação resultaram em evidências que foram consideradas na determinação da natureza, época e extensão dos demais procedimentos de auditoria e consideramos que os processos e controles desse ambiente proporcionaram uma base satisfatória para ser utilizada no resultado de nossa auditoria das demonstrações financeiras da Companhia.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.

• A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.

• Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.

• A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor, ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

• Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da Controlada para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria considerando essa investida e, consequentemente, pela opinião de auditoria da Companhia.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro , 22 de fevereiro de 2022

PricewaterhouseCoopers

Auditores Independentes Ltda. — **Carlos Augusto da Silva**

CRC 2SP000160/O-5 — Contador - CRC 1SP197007/O-2

PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas

Azul Companhia de Seguros Gerais

Escopo da Auditoria

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da **Azul Companhia de Seguros Gerais** (Sociedade) em 31 de dezembro de 2021 (doravante denominados, em conjunto, "itens auditados"), elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Atuários Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os itens apresentados no parágrafo de escopo da auditoria estejam livres de distorção relevante.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração dos itens objeto do escopo da auditoria, para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Sociedade.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção, como definidos no primeiro parágrafo acima, da **Azul Companhia de Seguros Gerais** em 31 de dezembro de 2021, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos concernentes ao escopo da auditoria atuarial, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 2022

PricewaterhouseCoopers
Serviços Profissionais Ltda.
Rua do Russel, 804
Rio de Janeiro - RJ - Brasil, 22210-907
CNPJ 02.646.397/0004-61 — **Dinarte Ferreira Bonetti**
CIBA 105 — MIBA 2147

DocuSigned by:
O ESTADO DE SÃO PAULO
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 95615741872
Data/Hora da Assinatura: 02/03/2022 | 08:48:41 BRT
ICP Brasil
E1FD1C243A074BCC8CF482D829CD5368

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/